



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS



EMANUELLE MACHADO RODRIGUES

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: A VIDA E O TRABALHO NOS
CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DURANTE A 2ª GUERRA MUNDIAL.**

MARIANA

2021

EMANUELLE MACHADO RODRIGUES

**ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: A VIDA E O TRABALHO NOS
CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO DURANTE A 2ª GUERRA MUNDIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em História. Sob a orientação do Prof. Dr. Jefferson José Queler.

MARIANA

2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

E. M. R.

Estratégias de sobrevivência: a vida e o trabalho nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História

Aprovada em 07 de janeiro de 2022

Membros da banca

Prof. Dr. J. J. Q. - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. G. V. M. - (Universidade Federal de Ouro Preto)

J. J. Q., orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Jose Queler, PROFESSOR COLABORADOR**, em 13/01/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0267892** e o código CRC **4D579A05**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000462/2022-38

SEI nº 0267892

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135579406 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS:

Acima de tudo, gratidão a Deus. Pois, sem Ele, nada disso seria possível ...

Aos meus pais, Márcio e Marlene, por não medirem esforços para que este sonho se tornasse realidade. Ao meu irmão, Miguel, que tanto amo. Meus queridos avós Marinho e Ermelinda. Ao meu tio Renato, a quem tenho como exemplo de ser humano. À minha família, às minhas madrinhas, por todo cuidado e carinho. Ao meu padrinho Roney, sempre lembrado ...

Aos meus amigos, tão especiais, me faltam palavras ... Vocês são incríveis! Thalita Martins, Nágila Machado, Camila Miranda, Fernando Batisteli, Jean Lourenço, Higor Campos, Izabella Resende, Rodolfo Braz. Vocês contribuem diariamente para o meu crescimento, tanto pessoal quanto intelectual. Sorte a minha ter encontrado vocês! Em casa, na universidade e na vida, tornaram meus dias mais leves, meu caminho mais feliz. Obrigada pelo incentivo e companheirismo de sempre. Amo cada um de vocês, sentirei saudade.

Gratidão a universidade pública pelo ensino de qualidade e pelas políticas de inclusão e permanência. Aos professores, especialmente Álvaro Antunes e Giulie da Matta. Ao meu orientador, Prof. Dr. Jefferson Queler, pela atenção e paciência. Por apontar a direção, sempre respeitando e valorizando minhas propostas.

E, por último mas, não menos importante, agradeço a mim mesma. Pela resiliência e persistência. Não foi fácil mas, consegui! Dedico este trabalho a todos que de alguma forma contribuíram para que direta ou indiretamente, eu chegasse até aqui. Vocês são parte deste momento. É só o começo! Obrigada!

“Vocês que vivem seguros
Em suas cálidas casas,
Vocês que, voltando à noite,
Encontram comida quente e rostos amigos,
Pensem bem se isto é um homem
Que trabalha no meio do barro,
Que não conhece a paz,
Que luta por um pedaço de pão,
Que morre por um sim ou por um não.
Pensem bem se isto é uma mulher,
Sem cabelos e sem nome,
Sem mais força para lembrar,
Vazios os olhos, frio o ventre,
Como um sapo no inverno.
Pensem que isto aconteceu:
eu lhes mando estas palavras.
Gravem-nas em seus corações,
estando em casa, andando na rua,
ao deitar, ao levantar;
repitam-nas a seus filhos.
Ou, senão, desmorone-se a sua casa,
a doença os torne inválidos,
os seus filhos virem o rosto para não vê-los.”
Primo Levi

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. PROBLEMÁTICA.....	12
3. HIPÓTESES.....	13
I - Traumas: Culpabilidade e a Síndrome do Sobrevivente.....	13
II - Esquecimento... ..	17
III - Desvalorização de narrativas	19
4. METODOLOGIA... ..	20
5. Trauma e Testemunho: sobre as dificuldades em narrar um cenário inimaginável	20
5.1 Panorama sobre o Antissemitismo: Da diáspora judaica à Solução Final	25
5.2 Relações ambíguas: a compreensão do “Eu” prisioneiro e da morte sob o fator instituição.....	35
5.3 Mundos divergentes: a vivência no Campo de Concentração pelo olhar de um prisioneiro.....	38
5.4 Estratégias de sobrevivência: as profissões e os trabalhos no campo.....	39
6. CONCLUSÃO....	44
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

Estratégias de sobrevivência: a vida e o trabalho nos campos de concentração durante a 2ª Guerra Mundial.

Resumo:

O projeto tem por objetivo analisar a vivência judaica nos campos de concentração tomando como base o trabalho e outras relações estabelecidas dentro da hierarquia nazista entre os agentes da SS e os próprios prisioneiros, para assim, buscar compreender as estratégias de sobrevivência adotadas pelos judeus em campos de concentração durante a 2ª Guerra Mundial. Na tentativa de desconstruir o paradoxo forjado nos portões de Auschwitz pela inscrição: “*Arbeit Macht Frei*”, tomarei como fontes principais os testemunhos de Primo Levi e Eddy de Wind, ambos judeus sobreviventes, prisioneiros deste complexo, entre 1943 e 1945. Em suma, buscarei demonstrar que o ¹trabalho não se garantia como estratégia efetiva de sobrevivência, tendo em vista a lógica arbitrária das políticas nazistas, porém, se mostrar “útil” aos olhos da ordem dominante é uma potente estratégia reconhecida e adotada pela comunidade judaica ao longo da História e, é essa resistência sutil, conscientemente delineada pelos judeus entre as brechas do sistema que buscarei aqui evidenciar.

Palavras-chave: Judeus; Nazismo; Campos de concentração; Vida; Trabalho; Sobrevivência.

¹ Para facilitar a compreensão das relações de poder traçadas entre os homens e as atividades coercitivas exercidas por prisioneiros judeus nos campos de concentração nazistas adotei o uso expandido do conceito de Trabalho; conceito que em síntese corresponde a realizações espontâneas que visam melhorias básicas vitais para a vivência humana através das compensações obtidas pelos esforços no ofício.

1. Introdução:

A Segunda Guerra Mundial teve início no primeiro dia de Setembro de 1939 com a invasão da Alemanha à Polônia e findou-se em 1945, no segundo dia de Setembro, quando Mamoru Shigemitsu e Yoshijiro Umezo assinaram o termo de rendição japonesa, selando a vitória dos Aliados sobre os países do Eixo. Ampliando a ideia de guerra maciça, pode-se dizer que o surgimento da Segunda Guerra apresentou para o mundo o estado de guerra total endossado pelo Fascismo, ideologia inaugurada na Itália, em 1919, sendo rapidamente adotada por todo o globo, chegando ao poder pela primeira vez em 1922 na revolução anti-democrática proposta por Mussolini.

Como política, o Fascismo foi caracterizado por Federico Finchelstein (2019) como *“uma ideologia transnacional com importantes variantes nacionais”*. O Fascismo deixou um lastro de violência pela Europa, o movimento pode ser descrito como uma combinação de *“terrorismo estatal, imperialismo e racismo”*; antidemocráticos, antimarxistas e antiliberais, os governos fascistas visavam domínio político e ideológico, pluralidade e dissidências entre os civis poderiam ser facilmente punidas com a morte. Ancorados em uma política ultranacionalista, fascistas evocaram um líder messiânico, carismático ao estilo Weberiano, para concentrar os interesses “do povo” na figura de um líder forte e autoritário disposto a livrar a nação de um suposto inimigo a ser eliminado. Em seu texto *“Do Fascismo ao Populismo na história”*, Finchelstein aponta o estabelecimento do Holocausto na Alemanha como a representação máxima do Fascismo.

Em um período marcado pela crise econômica global do Capitalismo simultâneo a crise de representação democrática, em uma zona em que o Estado de Direito havia sido destituído pelo Fascismo na maioria dos países, Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e Aliados (França, Inglaterra, EUA, URSS) travaram uma guerra essencialmente ideológica, sem indícios concretos de trégua de ambos os lados até o fim. Apesar da insatisfação e instabilidade pairar sobre os ares europeus, após o fim da Primeira Guerra Mundial não existiam motivações precedentes válidas para o início das hostilidades entre as potências, quer sejam razões econômicas, militares, políticas, etc. Hobsbawm em seu livro *“A era dos Extremos”* sugere um possível causador do segundo conflito, Adolf Hitler.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi considerada por Hobsbawm (1995) o conflito mais traumático do século XX. Inglaterra e França sofreram danos irreparáveis. Entretanto, é possível afirmar que a guerra iniciada por Hitler trouxe para o mundo a maior problemática do século XX: O questionamento da humanidade. Entre militares e civis, especula-se que as políticas de massacre da Segunda Guerra Mundial sob situações diversas teriam produzido 54 milhões de baixas. A morte sistemática deixou de ser somente um elemento dos campos de batalha e passou a ser uma das engrenagens de instituições altamente burocráticas, como os campos de concentração. Estima-se que somente nos ambientes concentracionários tenham morrido 6 milhões de pessoas; entre as vítimas estavam minorias que não se encaixavam no padrão ariano - judeus, ciganos, presos políticos, homossexuais, doentes mentais, etc -. Segundo Hitler, essas pessoas representavam um empecilho para a glória alemã, mal combatido com a morte através da chamada “Solução Final”.

O termo "Solução Final" corresponde ao estopim de uma série de etapas da busca nazista pela aniquilação absoluta do povo judeu. A última e mais eficaz medida de morte idealizada. Após verificar que as leis anti-semitas, os boicotes econômicos, o processo de emigração compulsória, a instituição de guetos, isolamento, unidades móveis de extermínio (fuzilamento ou câmaras de gás móveis) não seriam suficientes, os nazistas buscaram um meio para exterminar o maior número de judeus em menor tempo e esforço possível. A partir do desejo de facilitar o extermínio em massa dos judeus, surgiram os campos de concentração, espaços que poderiam ter como fim o trabalho compulsório ou a morte imediata - especula-se que somaram mais de 40.000 entre 1933 e 1945 -, a materialização da Solução Final para dar fim à suposta ameaça mundial judaica. Em 1942, inaugurou-se um marco para a política genocida nazista. Uma espécie de fábrica de extermínio de grandes proporções, Auschwitz II (Auschwitz Birkenau). Onde cerca de um milhão de judeus foram cruelmente assassinados de diversas formas, como asfixia em câmara de gás, fuzilamento, fome, frio, doenças, espancamento, etc.

Dentro desse período que inspirou o questionamento da humanidade estão inseridos os testemunhos narrados por Primo Levi (1947) e Eddy de Wind. Levi, foi um químico judeu, italiano da cidade de Turim, que preso em 1944 por soldados da SS (Schutzstaffel), esteve por 11 meses em Buna Monowitz, um dos campos dependentes do complexo de Auschwitz, prestando coercitivamente trabalhos ao campo em uma fábrica de carvão. De Wind, um médico judeu holandês que se disponibilizou para trabalhar em Westerbork - campo de trânsito

localizado no leste da Holanda - como tentativa de poupar sua mãe da deportação para Auschwitz. Lá conheceu a jovem enfermeira Friedel, com quem se casou.

Em 1943 foi mandado junto de sua esposa para a morte no campo de concentração. É interessante pontuar que diferente de Levi, Wind se voluntariou. Mesmo em um cenário desesperançoso, ainda fora de Auschwitz viu em sua ocupação uma possibilidade de sobrevivência, como demonstrou em algumas passagens de seu diário: “ [...] *aí estava toda a dúvida, talvez ele tivesse sorte, talvez. Ele era médico - ah, não, não ousava ter esperanças, contudo devia ter.* ” (WIND,2019:23). Ainda sobre os “privilégios” da profissão, o sobrevivente coloca: “*Friedel não pode nem mesmo fazer isso, é prisioneira de um grau mais elevado. Eu ainda posso me movimentar livremente pelo campo. Nem isso Friedel pode fazer.*” (WIND,2019:8). Tanto Levi em seu livro, publicado em 1947, quanto Wind com seu relato escrito enquanto ainda estava em Auschwitz, nos proporcionam um testemunho pessoal dos horrores vivenciados no campo. Os sobreviventes do holocausto em seus relatos questionam a humanidade, a realidade e a veracidade dos fatos vivenciados, fatos que para os “de fora” soam inimagináveis.

A institucionalização/naturalização da morte e o questionamento da humanidade estão intrinsecamente ligados aos componentes da alma, do corpo e do espaço ocupado pelos homens daquele período. Primo Levi coloca a coexistência de duas realidades: a dos libertos e a dos prisioneiros dos campos de concentração. O autor Márcio Seligmann-Silva aponta em seu texto “*Narrar o Trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*” (2008), as expressões “aos outros” e “dos outros” constantemente usadas por Levi (1988) em seu testemunho para tratar da barreira imaginada pelos sobreviventes que, no mundo de Hitler, separou mundo real e um mundo inimaginável vivenciado dentro dos campos de concentração. Wind também propõe esse distanciamento entre vida real e a vida em Auschwitz na seguinte passagem: “*Para nós é mais longe, muito mais longe, infinitamente longe. Aquelas montanhas não são deste mundo, não são do nosso mundo. Pois entre nós e as montanhas há os fios.*” (WIND, 2019:17).

Essa divisão de vivências humanas trouxe grande dificuldade para a narração e compreensão dos horrores do campo. A impossibilidade “dos outros” de assimilar a realidade por trás dos muros do Lager, por muitas vezes foi mobilizada de forma tendenciosa para invalidar o testemunho do sobrevivente, visto que, de tão absurdo, por vezes, para aqueles que

não vivenciaram a realidade dos campos, os discursos se tornavam fantasiosos por serem “inimagináveis”.

Quando as portas dos campos se fechavam, já não havia mais espaço para o Eu individual. Enquanto a política nazista dos campos trabalhava para despersonalizar o indivíduo, tornando-o parte de um coletivo dispensável, o caminho de volta para a sociedade no pós-guerra, era contrário. O judeu deixava de ser o alvo e passava a ser sobrevivente, alguém que se destacava no meio por ter algo a dizer “aos outros”. No Holocausto, percebe-se que o trauma é vivido coletivamente mas, a narrativa pós traumática se dá de forma solitária. E, essa narrativa sistematizada em Testemunho é essencial fundamental para a reconstrução do evento histórico. Além disso, permite que a vítima perca o rótulo de sobrevivente. As ideias desenvolvidas por Seligmann-Silva, no texto aqui trabalhado, nos permite concluir que o ato de narrar uma experiência traumática permite que o indivíduo abandone a sobrevivência, à medida que passa pelo processo de reinserção na sociedade, contribuindo para a sua readaptação à realidade.

No testemunho de Robert Antelme (1957) trazido na obra de Seligmann-Silva, a vítima fala sobre o aspecto sufocante de narrar o trauma; o testemunho revive as feridas do sobrevivente. Mas, ainda que dolorosas, as memórias daquele período traumático são necessárias para estabelecer e legitimar uma narrativa verdadeira sobre os horrores vividos no campo. E os relatos dos sobreviventes do Holocausto demonstravam essa preocupação, como pode-se perceber nos relatos de Levi (1988) e Wind. Nas palavras de Wind: “*Tenho que continuar vivendo para contar sobre isso, para contar a todos, para convencer as pessoas de que aconteceu de verdade ...*”. (WIND, 2019: 220).

Chamados por números ou identificados por uma estrela de Davi bordada ao peito, os prisioneiros judeus passavam por um processo de desumanização, tortura e humilhação. Imerso no estado de apatia ou negação, os “*muselmann*”² sobreviviam em condições miseráveis, à medida que sua própria humanidade se degradava diariamente. Para se obter uma porção maior de sopa ou de um pedaço de pão, até mesmo um espaço melhor para dormir nos catres, os valores que enquanto libertos direcionavam a vida já não existiam mais. Importava apenas a

² Sinônimo de mulsumano em alemão, trata-se de um jargão dos campos de concentração. Eram chamados “*muselmann*” aqueles homens que haviam sido privados da capacidade de resistir; ou seja, prisioneiros em um profundo estágio de despersonalização e apatia.

sobrevivência, mesmo que para isso precisassem assegurar alguns “privilégios” que colocavam seus semelhantes em desvantagens.

Nas palavras de Gérard Vincent, em *“História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias”*:

“De um ponto de vista psicanalítico, a maioria dos prisioneiros dos campos de extermínio se suicidava ao aceitar a morte sem resistir [...] Utilizando o terror, os SS conseguiam que seus adversários fizessem o que eles queriam.” (VINCENT, G.; 2009; pág. 201).

Os campos de concentração eram regidos por sistemas hierárquicos. Neles, os prisioneiros buscavam estratégias de sobrevivência. Dessa forma, tiveram a “sorte” da sobrevivência aqueles que buscaram estratégias para resistir às políticas adotadas pela solução final. Segundo Levi (1990), os homens que ocuparam um lugar na hierarquia do campo, seja por relações políticas ou sociais externas ou pela valorização e necessidade de determinados conhecimentos técnicos no campo, foram os responsáveis pelos testemunhos mais fiéis à realidade, visto que, não tatearam o fundo do Lager. De alguma forma, estes prisioneiros se resguardavam, não viveram a fundo os horrores do campo como a maioria. Apesar de uma visão “adocicada” do holocausto, esse afastamento permitido pela “excepcionalidade” do prisioneiro garantiu - *“mesmo que parcial e limitado”* - testemunhos próximos à vivência naquele outro mundo. Nas palavras de Levi destacadas no texto de Seligmann-Silva (2008):

“A história do Lager foi escrita quase exclusivamente por aqueles que, como eu próprio, não tatearam o seu fundo. Quem o fez não voltou, ou então sua capacidade de observação ficou paralisada pelo sofrimento e pela incompreensão.” (Levi P.; 1990; pág. 5).

Para alguns dos sobreviventes para narrar o holocausto não bastava somente não ter *“tateado o fundo do poço”* como destacou Levi (1990). Mais que isso, acreditavam que poderiam escrever sobre os campos de concentração só as pessoas que nunca pisaram na lama daquele chão, os que estiveram por lá apenas por meio da imaginação. Para compreender as estratégias de vida é necessário adentrar as entranhas do campo e do prisioneiro. Para isso, partirei de conceitos e perspectivas fundamentais para alcançar a complexa vivência desses homens naquele período. O trabalho se desenrolará em torno de três pressupostos principais, são eles: a compreensão do “Eu”

enquanto judeu e prisioneiro, trabalho e sobrevivência em situações extremas e as relações traçadas entre os prisioneiros nos campos de concentração.

Buscarei ainda analisar contextos históricos que culminaram em Guerra e Holocausto, evidenciando os questionamentos da humanidade no âmbito de suas especificidades - valores, comportamentos, sentimentos e sensações - surgidos com a implementação da Solução Final. Para assim, buscar compreender a agência judaica ao longo da história, me atentando especialmente às estratégias de sobrevivência adotadas pelos judeus enquanto prisioneiros dos campos nazistas de concentração. Para além, evidenciarei conceitos caros para a compreensão do período, tais como Fascismo, Estado e Antissemitismo, tendo como objetivo principal dar voz as vítimas silenciadas, entendendo-os como um grupo pensante que partindo das possibilidades oferecidas pelo contexto agiram e resistiram. Por fim, ao longo dessas páginas retomarei os horrores da guerra pois, assim como Wind e Levi, acredito que devem sempre ser resgatados a fim de fazer com que os homens em seu íntimo questionem a própria humanidade, reflitam o ser humano em condições extremas e a dificuldade de reinserção social de sobreviventes de eventos traumáticos.

2. Problemática:

Após estudo acerca das estratégias de sobrevivência nos campos de concentração, tomando como base as memórias transcritas nos testemunhos de sobreviventes do Holocausto, é possível apreender que para os prisioneiros o trabalho seria a estratégia mais viável de sobrevivência. Tendo como base a premissa levantada seria possível afirmar que o trabalho representou uma possibilidade concreta de resistir as políticas nazistas e consequentemente sobreviver aos horrores vivenciados diariamente no holocausto? Trabalhadores altruístas que visavam o bem-estar coletivo são recorrentemente rememorados em bibliografias, mas existem trabalhos prestados nos campos que foram ocultados da História. É correta essa seletividade de memórias?

Para além, coloco outras problemáticas: ciente das condições impostas pelos campos, é moralmente correto questionar a estratégia de sobrevivência adotada por um prisioneiro em um contexto extremo? Por que as vítimas foram silenciadas e tiveram retirados seus papéis de sujeitos pensantes e agentes diante das possibilidades do contexto? Mesmo que isso implicasse

indiretamente a morte de outro homem, pensar em si próprio permite que a condição intrínseca de vítima do prisioneiro seja questionada?

3. Hipóteses:

I - Traumas: Culpabilidade e a Síndrome do Sobrevivente.

Entre os prisioneiros que tiveram a “sorte” de sobreviver, a negação e o silenciamento em relação ao ocorrido são sintomas de uma vontade latente de esquecimento. Escolher a vida em um campo de concentração implicava o assassinato dos considerados menos aptos; velhos e crianças, doentes e mais fracos. A realidade dos campos rumava em direção oposta a normalidade observada na sociedade “de fora”. Quando prisioneiros, os homens podem se portar de formas antes inimagináveis, nas palavras de G. Botz e M. Pollak: *“A humilhação permanente, o sentimento total de impotência, de covardia, numa situação onde apenas a sobrevivência importa, corroem para sempre todo orgulho e amor-próprio”*. (BOTZ, POLLAK, 1982: 28/45).

Quando voltava a integrar a sociedade, o sobrevivente se perguntava até onde chegou sua desumanização em busca pela sobrevivência. A presença do trauma e o constante sentimento de culpa poderiam resultar em diversas sequelas: sintomas psíquicos, comportamentais e físicos. Entre eles, angústia fóbica, depressão crônica, perda da memória, insônia, cefaleia, nervosismo, transtorno gastrointestinal, pesadelos, impotência, dificuldades de reinserção. Estes sintomas são característicos do fenômeno mental denominado *“Síndrome do Sobrevivente”*. Essa síndrome é descrita no capítulo *“Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário”*, volume 5º volume de História da Vida Privada (2009).

Neste, o autor Vincent aponta que a patologia é marcada pelo constante questionamento *“por que ele, e não eu?”*, que é frequentemente observada em indivíduos que sobreviveram a eventos traumáticos. A síndrome é provocada e fomentada essencialmente pelo sentimento de culpa, especialmente pela culpa de ter sobrevivido a tragédias, além do mais, o indivíduo acredita fielmente ter feito algo de errado, algo que influenciou diretamente na morte dos outros. Pensamento que contraria a razão, visto que, sob qualquer hipótese a vítima não pode ser responsabilizada por ações protagonizadas sob coação. Essa síndrome foi documentada pela

primeira vez na década de 60, vale ressaltar que as características observadas neste período correspondiam às particularidades apresentadas em sobreviventes dos campos de concentração, em função disso, a síndrome do sobrevivente também é conhecida como a síndrome do campo de concentração.

Dessa forma, tomados por culpa e sequelas, muitas vezes estes prisioneiros optaram pelo silêncio. Esse fato impede que se saiba mais sobre essa face da história. Nas palavras de Vincent:

“Quanto aos que escaparam dos campos de concentração, muitos devendo sua sobrevivência à morte do companheiro, foram irremediavelmente acometidos pela “síndrome do sobrevivente” ... Em Verdun, havia os bons (nós) e os maus (os que estavam na nossa frente). Entre o resistente que “falou” por ter sido torturado (ou porque lhe torturaram o filho diante de seus olhos) e o que nunca se engajou na Resistência (pronto para reconstruir a posteriori uma biografia imaginária), quem é o bom? Quem é o mau? Quem tem o direito de julgar? E quem pode saber o que se passou? Muitas vezes as vítimas optam pelo silêncio.” (VINCENT, G.; 2009; pág.190).

Além do sentimento intrínseco de culpa pela morte de outros prisioneiros, os sobreviventes tinham que lidar com a contestação de depoimentos prestados para os diversos tribunais que se formaram nos países aliados, especialmente EUA e URSS, para o julgamento dos nazistas. Após estudo do texto *“As mulheres do Nazismo”* (2014), da autora Wendy Lower, compreende-se que os julgamentos - entre sentenças e recursos - se estenderam até a década de 90 e que os tribunais aliados, localizados na parte Ocidental da Alemanha e conduzidos por juízes norte-americanos, foram seletivos nas condenações. O lado estadunidense visava a reconstrução da Alemanha e optou assim por condenar majoritariamente “os cabeças” do Holocausto, ignorando as demais peças da engrenagem da política genocida orquestrada por Henrich Himmler a mando do Fuhrer.

Como observado por Arendt em *“Eichmann em Jerusalém”* (1999), o Estado de exceção estabelecido por Hitler foi bastante cauteloso, o sigilo marcou todas as ações do Reich. As políticas antisemitas eram tratadas com cuidado, faladas e documentadas tendenciosamente de forma subliminar e requintada; somente os oficiais da SS sabiam o que acontecia realmente

quando os ³Einsatzgruppen saíam às ruas ocupadas e quando os trens de carga chegavam aos destinos finais.

A linguagem utilizada pelo alto escalão nazista era pouco acessível, o tabu era algo desejável, lhes seria favorável no pós guerra. Quanto menos se falava, menos se sabia, desta forma atrocidades puderam ser omitidas, de modo a deslegitimar os discursos das vítimas. A falta de provas escritas atrelada a correntes escapistas e limitantes como as doutrinas do “*eterno antissemitismo*” e do “*bode expiatório*” favoreceram os alemães. Ancorados em falsos álibis puderam retomar o discurso de vítima costumeiro, conhecido desde a Primeira Guerra Mundial. As palavras acertadas de Arendt, no capítulo escrito sobre o Antissemitismo em “*Origens do Totalitarismo*” (2012), nos permite identificar um imaginário cíclico contido na doutrina do “*eterno antissemitismo*”. A naturalização dessa repetição antissemita é perigosa pois naturaliza e coloca como condição intrínseca ao grupo judeu a exclusão, o ódio e o preconceito, variando apenas a intensidade da perseguição, conforme o contexto histórico observado. Essa suposta predestinação judaica à violência justifica as mazelas antissemitas à medida que coloca humilhação e morte como “*consequências naturais de um problema eterno*” (ARENDT,2012:31). Além disso, como consequência da superficialidade identificada nos julgamentos do pós-guerra, todos os setores da sociedade alemã no ato da reconstrução contava com a participação de nazistas, o que de certa forma, encurralava e coagia os judeus remanescentes. O medo iminente de represálias fez com que muitos relatos fossem suprimidos.

Observando a descrição dos interrogatórios na obra de Lower, é perceptível o não arrependimento dos fatos e a permanência da camaradagem de guerra entre os nazistas. A fidelidade ao dever e ao Führer permaneceu nos bancos dos tribunais. Os depoimentos eram vagos como os de ⁴Josefine Block, mencionados por Lower (2019): “*não sei*” ... “*não me recordo dos detalhes*” ... “*não me lembro*”. Mesmo entre os baixos funcionários da máquina

³ Grupos paramilitares formados por membros da Schutzstaffel das forças policiais alemãs. Sobre o comando de oficiais da Polícia de Segurança Alemã (*Sicherheitspolizei*) e do Serviço de Segurança (*Sicherheitsdienst*). A função principal destes esquadrões era o assassinato dos inimigos políticos ou raciais do Reich. Foram responsáveis pela morte de deficientes físicos, mentais, membros de partidos políticos, judeus e outros. Protagonizaram o primeiro estágio da Solução Final, foram os primeiros a assassinar simultaneamente um grande número de judeus, a tiros ou com o auxílio de um caminhão que abrigava um gás letal. Por vezes contavam com o apoio não só policial mas também da população local durante a execução das emboscadas.

⁴ Datilógrafa da Gestapo em Viena que fazia visitas constantes ao marido Hans Block, um major da SS e chefe da Gestapo em Drohobych, na Ucrânia.

nazistas e agregados - especialmente esposas - prevalecia a camaradagem patriota, não poderiam incriminar os companheiros do alto escalão nazista, os quais só estariam cumprindo um dever natural. A ideia de “dever natural” de limpeza do Reich requer atenção pois torna o Holocausto um fenômeno inumano e impessoal, fato que retira a responsabilidade dos crimes cometidas pelos nazistas. Muitos usaram da burocracia e do seguimento de ordens para se isentar da culpa: “... *aquelas pessoas que muitas vezes tinham postos , até altos postos, no Terceiro Reich e que, depois do fim da guerra, disseram a si mesmas e ao mundo em geral que tinham sido sempre “internamente opostas” ao regime.*” (ARENDT, 1999:143).

Segundo Lower, os depoimentos dos judeus sobreviventes foram ouvidos mas, na maioria das vezes, foram desconsiderados como provas efetivas de incriminação. A desvalorização do relato judeu significou uma brecha para a defesa nazista. Puderam reclamar a posição de vítimas de uma conspiração judaica, retomando a teoria de “*bode expiatório*” negaram os fatos e responsabilizaram os próprios judeus pelas mortes ocorridas no Holocausto. Podemos encontrar um exemplo da ideia corrente nas falas proferidas por Block, em 1949, em Tribunal em Viena: “*Afirmou que sua acusadora, sua ex-costureira judia, era a verdadeira assassina, que tinha abandonado a filha de 1 ano para salvar a própria vida.*” (LOWER, 2014:199).

Por mais revoltante que a fala de Block, autoproclamada “amiga dos judeus”, soe atualmente, sua tática de defesa foi aceita no tribunal e a mesma foi inocentada. Tribunais formados por “conterrâneos” sentenciavam de forma indiscriminada e tendenciosa; juízes permaneciam céticos aos depoimentos judeus, demonstravam pouca empatia e alteridade para com os sobreviventes e seus testemunhos além da falta do distanciamento necessário para a crítica e compreensão do antissemitismo propagado pelos interrogados. Essa parcialidade em grande parte tem a ver com a falha dos julgamentos; “ex - nazistas” eram ameaças desconsideradas e voltavam rapidamente a integrar a sociedade. As palavras de Block são reflexo da bola de neve que permanecia esmagando os judeus mesmo pós Holocausto. A aceitação da “culpa da vítima” pelo judiciário e a leitura superficial de quem representava perigo ou não, minimizou crimes, absolveu culpados e predestinou vítimas a continuar vivendo em um terreno instável e perigoso. Minha hipótese é de que o constante sentimento de culpa atrelado ao medo da descrença social e do judiciário, além de possíveis represálias de nazistas

reintegrados à sociedade por não representarem “grande risco” silenciaram testemunhos e, consequentemente, histórias do Holocausto.

II - Esquecimento:

Além da institucionalização da morte, o regime concentracionário tem como pilar principal a organização do esquecimento. Sobre essa afirmação, Hannah Arendt (1989), observa que nos tempos obscuros que antecederam o Holocausto o direito a lembrança não foi negado, nem mesmo ao inimigo. Contrariando as diretrizes dos campos de concentração que tinham como política principal morte e anonimato.

O anonimato desses prisioneiros está intrinsecamente ligado à organização do esquecimento instituída pelos regimes totalitários. A morte em um campo de concentração representava a anulação de uma vida, de modo que fosse possível esquecer a existência de alguém. Pode-se pensar que esse esquecimento institucionalizado está atrelado a tentativa de negar os horrores da guerra e que o afastamento desses prisioneiros das narrativas seja um meio de não partilhá-los com as sociedades contemporâneas. Nas palavras de Héléne Piralian (2000), psicanalista armênia evocada por Seligmann-Silva em seu texto (2008), esse silenciamento consolida um genocídio negado. Ao não testemunharem o trauma vivido no Holocausto as vítimas sobreviventes permitem que os horrores da guerra sejam esquecidos no tempo, impedindo a vivência do luto e a busca por justiça de entes que sobreviveram. Dessa forma, nega-se o genocídio e o ciclo de violência não se encerra, visto que, deslegitimada, a vítima continua sendo violentada simbolicamente.

Um dos mecanismos adotados pelos genocidas para a instituição do esquecimento é a busca pela eliminação total do grupo perseguido. Isso explica as chamadas “⁵marchas da morte” e o assassinato de crianças. A possibilidade de deixar

⁵ Já nos dias finais da Guerra, os Aliados cercaram os campos de concentração. A força militar alemã estava colapsando quando soviéticos, britânicos, franceses e americanos chegaram por todos os lados para libertar as vítimas do Holocausto orquestrado pelos nazistas. Temendo a libertação, os alemães começaram a evacuar os prisioneiros dos campos de concentração, inicialmente os próximos aos campos de batalha, mandando-os como mão-de-obra escrava para campos construídos em território alemão. As primeiras evacuações se deram por meios de trens de carga, já as seguintes foram por meio de longas caminhadas. As chamadas “Marchas da Morte” fizeram com que prisioneiros já debilitados andassem longas distâncias no frio extremo sem roupas adequadas, sem descanso, água ou comida. Homens e mulheres que não conseguiam seguir o ritmo ditado pela SS eram executados a tiros. As maiores marchas

remanescentes não estava nos planos nazistas, pois isso significava deixar provas e testemunhas que pudessem incriminá-los mais tarde, além do mais, permitir que as vítimas sobrevivessem poderia originar o desejo de vingança ao Reich. Nas palavras de Seligmann-Silva:

“O genocida sempre visa a total eliminação do grupo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas de seu crime. Esta é uma questão central que assombra o testemunho do sobrevivente em mais de um sentido.” (SILVA, S. M.; 2008; pág. 75).

Essa busca por apagamento dos rastros de violência comum na burocracia nazista dificulta o testemunho do sobrevivente. Este, assombrado pelo sentimento de irrealidade dos fatos vividos, tem de lidar também com outros sintomas originados pelo trauma, como a culpa identificada na síndrome do sobrevivente. A ocultação das provas, dos locais e marcas de violência colaboram para a construção de um discurso negacionista. O negacionismo tende a distorcer a realidade e deslegitimar sujeitos, por isso o testemunho se faz tão necessário quando se fala em Holocausto ou qualquer outra catástrofe histórica. É função do historiador não permitir que o esquecimento impere e que os sobreviventes não sejam manipulados por políticas ou discursos tendenciosos de silenciamento.

Piralian (2000) coloca a importância de integrar o passado traumático à realidade. Por mais que soe bárbaro e inimaginável, de fato, aconteceu. Incompreensão, distanciamento e dificuldade de assimilar o desconhecido não podem deslegitimar e tornar irreal o Holocausto. Trazer os fatos, através dos testemunhos, para a sociedade possibilita a humanização do sobrevivente e a derrota do negacionismo. Só assim a negação dos fatos, iniciada antes mesmo da implementação dos campos de concentração, poderá ser combatida. A memória expressa nos testemunhos tem a função de tornar real e conhecida a Solução Final, última tentativa nazista de aniquilar os judeus da Europa.

registradas ocorreram no inverno de 1944-1945, enquanto os soviéticos se aproximavam de Auschwitz, durante a libertação polonesa.

III - Desvalorização de narrativas:

Penso que pode ter ocorrido com os prisioneiros que trabalharam coercitivamente para os nazistas o mesmo que se passava com os veteranos feridos de guerra que sobreviveram às batalhas e retornavam às suas casas. Vincent descreve como uma espécie de julgamento moral.

O silenciamento pode ter sido estabelecido através da indiferença. Nas palavras de Gérard Vincent: *“De qualquer maneira, para que contar o que tínhamos vivido, já que ninguém nos escutava? Da mesma forma que nós, que tínhamos vontade de falar de outra coisa.”* (VINCENT, 2009:193). Da mesma forma que os soldados feridos não foram tão glorificados quanto os “heróis” que perderam suas vidas, estes prisioneiros não receberam a mesma atenção que os mortos ou os mártires sobreviventes. Seligmann também retrata em seu texto essa mesma indignação, presente nas falas de Levi. Em sonhos o sobrevivente revelava o medo da indiferença ao seu testemunho, temia que o “público ouvinte” o abandonasse ou não acreditasse em suas palavras, taxando-o como mentiroso. A indiferença e o questionamento são balizas fomentadas por negacionistas de forma tendenciosa para confundir e silenciar os sobreviventes.

A narrativa dita “imaginada” pelos negacionistas supõe que a vítima confunda realidade e imaginação, em uma tentativa maldosa de invalidar o testemunho. Outro pilar de silenciamento de momentos obscuros da história é a curiosidade. Nessa tendência não há a intenção de compreensão e reflexão, somente o desejo de saber sobre. Assim, a vítima se enxerga como um “animal de zoológico”; questionada, estudada mas, nunca humanizada e ouvida. Como em programas político-sociais - comissões da verdade e anistias pós ditaduras observadas em países da América Latina - que visam somente inocentar culpados ou acalmar uma parcela da sociedade. Ao não ter a atenção devida, a vítima fica impossibilitada de sair da condição de sobrevivente, motivo de grande tristeza e silenciamento de pessoas que enfrentaram contextos traumáticos.

4. Metodologia:

Este trabalho foi produzido a partir do estudo do contexto histórico em que está inserido a 2ª Guerra Mundial e o Holocausto e da análise teórica de conceitos fundamentais sobre o tema, tais como Fascismo e Antissemitismo. As ideias presentes aqui foram desenvolvidas a partir da leitura crítica de livros e artigos renomados que resgatam historiografia e testemunhos do Holocausto. Atrelada a formação teórica, o trabalho terá como fator norteador os testemunhos de Primo Levi e Eddy de Wind, acionados como fontes primárias.

5. Trauma e Testemunho: sobre as dificuldades em narrar um cenário inimaginável.

Quando pesquisamos o significado da palavra “Testemunho” em algum buscador, nos deparamos com claras e aparentemente simples definições para este conceito, tão caro e emblemático no que tange à escrita da História. “Alegações”, “Argumentações”, “Afirmações” e muitos outros sinônimos, todos nos permitem pensar o testemunho como um ato de falar. Falar sobre algo ou alguém, tendo como base a memória de experiências vivenciadas no passado, seja ele longínquo ou recente. Mas, quando se trata de uma experiência traumática, como as vivenciadas e narradas por Wind e Levi, vítimas do Holocausto judeu idealizado por Hitler, o ato de testemunhar se torna ainda mais complexo, visto que a dor do trauma é latente para a testemunha, confunde e por vezes sufoca a fala.

Além da difícil tarefa de relembrar e externar situações traumáticas, as testemunhas do Holocausto enfrentaram outras dificuldades ao narrar o período de horror vivenciado nos campos de concentração. Desdém, descrédito e incompreensão foram algumas delas. Muitas questões podem ser colocadas nesse momento: Como explicar um cenário inimaginável para aqueles que não o amargaram? Como fugir de escutas curiosas e insensíveis, de interpretações incrédulas e tendenciosas? Mas ... Como falar quando não desejam ouvir? De fato, é certo e necessário levar questionamentos às fontes históricas mas com o cuidado devido, para que vítimas não sejam silenciadas, visto que, os testemunhos são essenciais para a construção da narrativa histórica. Não só de testemunho pode-se produzir uma narrativa mas tampouco a História se estabelece sem a devida valorização das mesmas. Cabe ao historiador adequar os

relatos individuais à realidade construída coletivamente para aquele período, levando em consideração o trauma vivenciado e o contexto histórico em que a testemunha estava inserida, sem deixar de lado o compromisso com a verdade.

Além da importância na construção da narrativa histórica, o testemunho se faz parte fundamental no processo de fuga da “sobrevida” da testemunha de um evento traumático. Narrar uma experiência traumática permite que o sobrevivente seja retirado do espaço limitante de outridade colocado para ele. Trata-se de um renascimento por meio de um movimento de fala e escuta. Em seu texto, Seligmann-Silva (2008) traz uma passagem onde Primo Levi fala sobre uma espécie de “*carência absoluta em narrar*”, falar sobre o trauma ajuda a vítima a se readaptar à realidade. Além disso, compartilhar a experiência torna o outro participante e, essa é uma grande preocupação observada nos testemunhos de Wind e Levi. Em passagens explícitas as vítimas demonstram essa motivação, buscam chamar a atenção “⁶dos outros” para o que aconteceu quando a humanidade cedeu espaço ao ódio e ao preconceito na Europa. Essa “*dialogicidade implícita*”, como chamou Seligmann-Silva, também tem a função política e social de tornar real, cenário e vivência, ambos antes inimagináveis.

Dori Laub (1995), coloca que o Holocausto não é um evento histórico passível de testemunho. Segundo o autor os relatos não partem de uma perspectiva imparcial, visto que, os sobreviventes não conseguem se desvencilhar deste evento “contaminante”, comprometendo assim a integridade e lucidez das narrativas. Esse discurso é bastante problemático à medida que pode ser apropriado por correntes negacionistas para deslegitimar a vítima e abrandar as narrativas das políticas nazistas, fomentando revisionismos históricos tendenciosos.

Dessa não possibilidade de desvencilhamento da experiência do Lager, surge a expressão ⁷“*encriptados do lager*”. Todos os homens que passaram pelos campos de concentração de alguma forma permaneceram nessa cripta. Assim como entre os nazistas, entre os próprios prisioneiros existia uma espécie de hierarquia. Supostamente, os “*privilégios*”

⁶ As expressões “dos outros” e “a eles” são derivadas de um imaginário proposto por Levi em seu testemunho. Segundo ele, existia uma barreira estabelecida pelos muros do Lager, separando os prisioneiros/sobreviventes dos campos de concentração das pessoas que não vivenciaram essa experiência. Tratava-se de vivências diferentes, onde as experiências humanas vivenciadas no campo ocorriam de forma intensificada graças às condições a que eram submetidos os prisioneiros.

⁷ Expressão formulada a partir do significado do termo “cripta” proposto por Nicolas Abraham e Maria Torok em 1995.

oferecidos no inferno aos prisioneiros eminentes - médicos, supervisores, enfermeiros, prisioneiros políticos socialmente favorecidos, etc - permitiu com que não alcançassem o fundo do poço como os *mulsumanner*. Assim, somente o testemunho desses homens “menos afetados” poderiam ser levados em consideração. Mas, o testemunho de Wind desmente essa afirmativa; era médico e, graças a sua condição, conseguiu se resguardar até certo ponto. Combatia o processo de despersonalização se agarrando à imagem da amada Friedel e mantendo conversas sobre “assuntos de fora” como política e sionismo. No hospital, por muitas vezes também foi poupado da fome e de trabalhos exaustivos. Mas, isso não tornou frágil a cripta de Windy, o homem que embebido do trauma criou um personagem para que ainda em Auschwitz conseguisse testemunhar os horrores vividos. Assim, a vítima:

“Traumatizado, criou o personagem Hans para ser o narrador de sua própria história. Diferente de alguns outros casos, o horror de sua experiência ainda era tão vívido que ele não conseguia encontrar palavras para descrever aquilo em primeira pessoa. Esta é a história de Eddy.” (WIND, de E.; 2019; pág. 6)

Por mais sãos que tentassem se manter, ainda estariam em um campo de concentração. Do mesmo modo que ser eminente na hierarquia dos prisioneiros não os tornavam menos judeus. No fim, de uma forma ou de outra, a “cripta” alcançava todos aqueles homens. Windy narrou seu testemunho ainda no campo, Levi um tempo depois mas, em ambos os relatos, percebe-se a dificuldade de afastamento daquela experiência. Tratava-se de um “*passado que não passa*”, uma experiência tão violenta que quando rememorada parecia ganhar contornos de irrealidade. Essa sensação de irrealidade é um aspecto característico da memória de situações traumáticas, a assimilação do horror vivenciado representada pela figura da cripta tem a capacidade de desconstruir a realidade e anular o restante do mundo. Segundo Héléne Piralian (2000), esse fenômeno divide o sobrevivente entre realidade e simbolização. Para Piralian, a simbolização de um evento traumático torna possível a reconstrução de um espaço simbólico de vida. Esse movimento de dar um novo tempo ao fato antes preservado, torna possível o renascimento do sobrevivente, faz com o mesmo perceba que existe vida além do trauma.

O testemunho é peça fundamental para que o sobrevivente alcance essa dimensão da simbolização, permitindo que o mesmo volte à vida. Entretanto, simbolizar não significa esquecer o momento traumático, o trauma permanece entranhado dentro do sobrevivente. Sempre haverá o mundo real, o cenário traumático e o campo simbólico. A presença constante

da lembrança de ter estado do “outro lado” da realidade está diretamente ligada ao questionamento dos fatos ocorridos. Este é um ponto a ser observado pelo historiador, deve-se oferecer uma escuta atenta e sensível ao sobrevivente, longe de julgamentos parciais mas, sem perder o compromisso com a veracidade dos fatos. De modo a ajudar a vítima a conciliar as regras de verossimilhança do “nosso mundo” e no caso aqui estudado, do universo concentracionário alemão.

Além da simbolização, outro elemento interessante para pensarmos trauma e testemunho destacado por Seligmann-Silva é a imaginação. Em sua obra, Seligmann-Silva traz o já citado testemunho de Antelme (1957), um sobrevivente de Auschwitz, onde o mesmo coloca que no momento de retorno à realidade parecia estar tomado por um delírio, parecia que ainda permanecia no campo. Além disso, coloca a dificuldade de encontrar entre as palavras já existentes meios para narrar a experiência vivida no Lager, segundo Antelme somente por meio do uso da imaginação os sobreviventes poderiam traduzir este cenário inimaginável. Dessa forma, a imaginação se apresenta como um mecanismo que permite ilustrar o trauma, possibilitando o testemunho. Mas, é dessa premissa que advém muitas das críticas e acusações direcionadas ao testemunho.

Muitos pensadores tendem a pensar o testemunho não como uma fonte original, fiel à realidade mas como literatura, graças a seu possível aspecto imaginário. Mas, não se deve deixar de lado o testemunho em função dessa aproximação com a imaginação, pelo contrário, deve-se perceber na imaginação uma grande aliada para a construção da narrativa, à medida que ela nos transmite mensagens e aludem imagens que uma fonte “dura”, autodenominada séria, que supostamente representa fielmente a realidade não é capaz de proporcionar.

Podemos pensar a importância da imaginação em uma metáfora colocada por Wind para traduzir seus sentimentos de medo e impotência diante aquela situação adversa. Assimila a descrença que o assombrava a imagem de um ⁸golem. *“E aí surgia de novo naquela bola de barro que ficava na sua cabeça e que às vezes adquiria independência como um golem e formava raciocínios inteiros sobre vida e morte”* (WIND, 2019:78). Por meio da fonte é possível conhecer o imaginário corrente entre os prisioneiros do campo mas, as figuras

⁸ Criatura de lama encontrada na tradição mística judaica.

propostas nos testemunhos dos sobreviventes nos aproximam, de certa forma, da realidade por eles vivenciada, facilitando a compreensão. A imagem do Golem fazia Wind pensar em ceder ao domínio nazista mas, para fugir do desânimo físico e psicológico, comum em um campo de concentração, via em Friedel a solução para manter-se consciente, “*pois ninguém quer se degenerar completamente, por mais que esteja no lixo.*” (WIND, 2019:77).

Além de contribuir com a aproximação entre o real e o “inimaginável”, a imaginação - longe de qualquer tentativa de ficcionalização - ajuda no processo de simbolização do evento traumático, facilitando o ato de testemunhar, diferente do que ocorre quando se espera da vítima certa literalidade da cena traumática. Não é somente sobre conhecer mas também compreender. O testemunho é uma das várias possibilidades da memória. A valorização da memória na historiografia ocorreu após a chamada virada culturalista no seio das ciências humanas. Foi nesse momento que o testemunho foi incorporado ao estudo e escrita do passado, assim como a história oral e o uso das imagens. Graças às mudanças proporcionadas por essa “virada” podemos identificar em fontes, que não só as positivistas, meios de interpretar as catástrofes do século passado. Aristóteles, em seu tratado “*De memoria et reminiscentia*” (450 a 24), caracterizou a memória como um conjunto de imagens mentais - lembranças - das impressões de um tempo determinado, acrescentou ainda que a memória está “guardada” na alma, junto da imaginação. Assim, podemos pensar a memória como uma linha tênue entre o real e a imaginação, que deve ser instigada e não ignorada.

Sobre o elemento político podemos pensar a indiferença ao testemunho como um meio de legitimar o discurso do algoz. A valorização do testemunho rompe com a ideia colonial do discurso do vencedor de que só os registros escritos podem ajudar na reconstrução de fatos passados. Jean Norton Cru (citado por Rousseau, 2003) propôs essa crítica ao analisar as narrativas oficiais, voltadas para as glórias dos heróis belicistas, da primeira guerra mundial. O autor propôs que a historiografia se voltasse também aos testemunhos dos soldados, aqueles que, de fato, vivenciaram a experiência do front. Essa contraposição historiográfica pode ser elencada como a primeira tentativa de pensar e anexar o testemunho moderno à historiografia.

O testemunho é um conceito central no que tange a resistência e a busca por justiça e não esquecimento das violências vividas em eventos traumáticos do período. É peça fundamental para

a reconstrução imparcial do passado e para o renascimento dos sobreviventes. Além disso, atua também no Direito, parafraseando Seligmann-Silva (2008), fugindo de “*um modo de pensar falocêntrico calcado no discurso da comprovação e da atestação*” de modo a não ser visto somente como discurso de sobrevivente mas como elemento de preenchimento de lacunas, garantindo um espaço de registro de outras interpretações para um mesmo fato, espaço que, por muitas vezes é retirado por uma justiça falha, concebida em meio a fraturas e silêncios, como se percebe nos julgamentos dos nazistas em Nuremberg, onde vítimas foram silenciadas e somente os perpetradores do alto escalão foram condenados, visto que, a Alemanha precisava ser reconstruída.

5.1 Panorama sobre o Antissemitismo: Da diáspora judaica à Solução Final.

Para introduzir o imaginário antissemita corrente na Europa do séc. XX tomarei como ponto de partida um trecho de um diálogo entre Wind e Boekbinder, um líder⁹ sionista que também esteve no Bloco 10:

“Não existem judeus especiais, apenas uma questão social comum, contradições sociais comuns, que são descarregadas sobre os judeus. Uma vez que sejam combatidas, a questão judaica simplesmente deixará de existir.” (WIND, de E.; 2019; pág. 77).

Wind segue ao longo da conversa buscando explicar ao colega do bloco que o problema não seria a tradição ou a religião judaica, mas sim o antissemitismo racial e étnico naturalizado e aceito pela sociedade europeia, especialmente na Alemanha hitlerista. Boekbinder coloca que se não os judeus não cedessem a assimilação permaneceriam sendo vistos como “*elemento estranho*” na sociedade, apontamento que Wind discorda ao evidenciar a coexistência harmoniosa entre diversos povos e culturas na Rússia. Não se tratava de uniformização mas de ódio e preconceito. Endossado por políticas fascistas e imperialistas, o antissemitismo até então concentrado em alguns países europeus, sem qualquer relevância política aparente como descreve Arendt (2012),

⁹O Sionismo, também conhecido por “nacionalismo judaico” surge como uma oposição ao antissemitismo. Historicamente, propõe a erradicação da Diáspora Judaica e o retorno dos judeus à Israel; judeus unidos na Terra Prometida. Este movimento defende a manutenção da identidade judaica, opondo-se ao fenômeno da assimilação.

fomentou a chamada “*questão judaica*” observada como um elo entre nazismo e o segundo conflito mundial, união que resultou em uma política de matança sistemática, o Holocausto.

Logo no prefácio de seu livro “*Origens do totalitarismo*” (2012), Hannah Arendt diferencia o antissemitismo “leigo” do século XIX do antissemitismo observado no XX. Ambas as formas marcadas pelo preconceito religioso e pela desconfiança em relação ao povo judeu, foram fomentados por uma disputa ideológica no âmbito político-social, entretanto, apesar de apresentarem uma origem comum, as formas de antissemitismo desencadearam fenômenos distintos nos dois séculos. Segundo Arendt, igualar essas formas de antissemitismo é fazer uma análise simplista e generalizante do fenômeno que culminou no Holocausto; pensar que o povo judeu foi perseguido, escoreado e morto sistematicamente e continuamente desde o fim do Império Romano até o século XX é tão absurdo quanto acreditar na ideia mirabolante e conspiratória endossada por Hitler da existência de uma sociedade secreta, onde judeus supostamente buscavam dominar o mundo desde a Antiguidade. O Antissemitismo visto no século XX não se tratava de “*uma versão secularizada de populares superstições medievais*” (ARENDT, 2012:17). Mais que isso, foi um discurso que se instalou rapidamente pela sociedade europeia e, quando potencializado pelo discurso nacionalista e racista de Hitler, sistematizado no Estado totalitário fascista alemão, naturalizou o genocídio do povo judeu. Não se tratava mais de segregação política e social mas, de violência física, material e psicológica. De coisificar um povo inteiro para exterminá-los, sem qualquer julgamento moral ou punição institucionalizada, graças ao Estado de exceção instaurado nas zonas sob domínio alemão.

A percepção de Wind acerca das raízes da perseguição aos judeus é conhecida desde o início do século XV, quando fechados em um mundo e pensamento próprio, judeus concluíram que o que os diferenciavam de nações e gentios não se tratava de doutrina ou tradição mas, nas palavras de Arendt, da ¹⁰“*natureza interior*”, possivelmente da origem étnica. Essa auto interpretação judaica serviu de premissa para o nascimento e entendimento do antissemitismo como tal, movimento percebido entre os gentios somente na Era do Esclarecimento. A construção do antissemitismo apresentado ao mundo pela política de Hitler perpassa vários momentos

¹⁰ Ainda no período Medieval percebeu-se que o antissemitismo não podia ser reduzido à religião. Cristãos ofereciam o batismo para que os judeus se libertassem de perseguições, estratégia falha visto que a violência a eles destinada também poderia ter como causa os fatores políticos e econômicos.

importantes da história, pode-se citar a dispersão dos cristãos europeus em comunidades étnicas, a queda dos Habsburgos, o surgimento dos Estados-nações e do conceito de soberania, crises do Capital e de representação democrática. A história de judeus e gentios está social e politicamente intrinsecamente ligada desde a queda do Império Romano, quando começaram as perseguições.

Fugindo da elevação moral e passividade natural imposta ao “*povo escolhido*” por alguns historiadores judeus - imaginário que reforça o estereótipo de mártir e, com isso, a segregação entre os povos - o povo judeu compartilhava com seus opositores o passado de hostilidade, uma cultura rica e diversa além do desejo de conquistar o direito de igualdade. Dentro das ¹¹possibilidades cerceadas pelo meio, mesmo que nunca organizados politicamente e sempre sob a tutela dos governos aliados, os judeus atuavam na sociedade. Essa divisão entre gentios e judeus ajudou na preservação e identificação de um povo e de uma cultura fechada em si própria durante séculos, status colocado em cheque no XIX e XX, quando fugindo do antissemitismo, alguns judeus buscaram se assimilar às populações não judaicas.

Apesar dos letrados europeus também nutrirem certo sentimento antijudaico, no XIX, o antissemitismo vulgarizado só podia ser observado entre os considerados loucos e lunáticos. Não era de bom tom assumir-se antissemita publicamente, essas “correntes subterrâneas” só emergiram com o endosso dos regimes totalitários observados na 2ª Guerra Mundial. No fim do séc. XIX, surgiram os primeiros partidos antissemitas, o que demonstra a superação da ideia de “conflitos de interesses” entre gentios e judeus e a sobressaliência do desejo de politização e amparo estatal de um preconceito contra um grupo minoritário. Mas foi a partir das políticas do séc. XX que o antissemitismo foi colocado em evidência no cenário mundial, logo após o estabelecimento do III Reich e a elevação da ala nazista ao poder e, com ela, surge a necessidade de separar cidadãos de judeus ou descendentes de judeus. O resultado dessa política já sabemos; um crime de massa nunca antes datado pela civilização Ocidental.

É interessante aqui frisar a relevância de um Estado soberano e da cidadania para a preservação das minorias observada por Timothy Snyder (2016). Pode-se pensar o antissemitismo

¹¹ Desde o ano 70, após a destruição do Templo de Jerusalém, os judeus não possuíam Estado nem território próprio. A vivência e a atuação judaica nunca eram autônomas, sempre estiveram sob a tutela de autoridades não-judaicas que, apesar de lhes possibilitarem meios de defesa em algumas localidades, não os tornavam menos vulneráveis e indefesos em situações de violência.

em dois estágios, nos regime pré-totalitário - Poupulista - e totalitário - Fascista - e o marco divisor dos tempos são os chamados “*Protocolos de Sião*”. Os supostos protocolos foram elaborados para a alegação da agência de uma comunidade judaica secreta que, por caminhos esotéricos, buscava a dominação global. Essa suposição de teor totalitário foi constantemente usado pela propaganda nazista para inflamar o antissemitismo arraigado na comunidade europeia.

Segundo Arendt (2012), no regime pré-totalitário as ideias antissemitas já corriam na sociedade mas, não livremente. Antes da efetivação dos governos totalitários, os Estados europeus eram autônomos e soberanos, organizados em seções burocráticas individuais que resguardavam o cidadão de mazelas políticas e sociais. No Nazismo percebe-se o hibridismo de setores da máquina pública, todos trabalharam em prol dos interesses expressos pelo Fuhrer. Após absolutizar o Estado alemão e anexar territórios vizinhos, Hitler tratou de retirar a cidadania do povo judeu, deixando-os a mercê do ódio instaurado pelo antissemitismo que, a essa altura, graças ao Fascismo instalado na Europa, corria livremente na sociedade. De acordo com a elucidação de Timothy Snyder, em sua obra intitulada “*Terra Negra*”, foi somente após a retirada da cidadania plena do povo judeu é que foi possível a emigração forçada, os saques materiais, a deportação e o Holocausto, sem qualquer restrição ou julgamento, moral ou judicial, pois a proteção estatal não se estendia aos apátridas.

A ascensão do antissemitismo moderno coincidiu com o colapso de Estados-nações e do nacionalismo tradicional. Os nazistas desprezavam profundamente os moldes limitantes e retrógrados do Estado e do nacionalismo conhecidos no século XIX. Segundo Snyder (2016), a lógica nazista, no que tange ao antissemitismo, não se limitava a um Estado, ou a um território específico. A causa antissemita era vista como um movimento internacional, ou pelo menos intereuropeu. O ápice do antissemitismo europeu ocorreu quando os judeus foram destituídos de funções públicas, restando-lhes riqueza mas poquíssima influência. Na Alemanha, Hitler extinguiu a presença judaica nos bancos, instituições em que ocuparam posições de destaque por mais de um século. Com as perseguições, o grupo judeu se tornou impotente e, conseqüentemente perdeu o poder e a função que exercia sobre os Estados, o que inspirou ódio e desconfiança do povo, como observou Arendt (2012). A classe média emergida com o fim da monarquia observava receosa a movimentação judaica. Por ocupar altas posições na sociedade e por estarem associados ao Estado

e ao liberalismo, o povo - também chamado de ralé -, culpava os judeus pelas mazelas sociais enfrentadas. Com o nascimento das repúblicas, o sentimento de disputa foi aflorado.

Arendt (2012) aponta que a riqueza por si só não conferia poder aos judeus. Quando desligados das atividades vinculadas ao Estado, o grupo perdeu não só o status privilegiado mas também influência política, fato que alterou significativamente o equilíbrio da ordem social antes assimilada. Sem as relações políticas, econômicas e sociais traçadas entre gentios e judeus, a linha tênue que selava a paz entre os mundos desaparece, cedendo espaço ao antissemitismo. Sem influência e com uma riqueza inativa, os judeus passaram a ser vistos pelo povo - classe média/ralé - como parasitas. Com o cenário propício, os judeus foram facilmente apontados como responsáveis por diversos conflitos da época, agentes ocultos provocadores do caos. A esse imaginário se deve a construção do mito ¹²judaico-bolchevique, causador da disputa acalorada entre a Alemanha Hitlerista e a URSS Stalinista, pausado somente durante o acordo de paz Molotov- Ribbentrop que vigorou por apenas 2 anos.

O surgimento e a crescente antissemita observada na modernidade coincide com a secularização de alguns preceitos espirituais e religiosos judaicos além do movimento de assimilação a sociedade majoritária. A assimilação judaica é tópico importante a se observar no estudo do antissemitismo pois é um marco divisor deste grupo. Com a ameaça latente de extinção física do judeu e ideológica de um grupo, judeus enxergaram no antissemitismo um meio de evitar a dissolução do grupo, pois enquanto houvesse antissemitismo haveria o grupo judeu. Conforme elucidou Arendt (2012), judeus contrários a assimilação desconheciam os perigos do antissemitismo moderno pois os igualavam ao antigo ódio anti-judaico, o qual já estavam habituados. Estes judeus enxergavam na segregação um meio de preservar o grupo e os privilégios de uma vida “normal”. Aqui é válido ressaltar que essa “normalidade” fazia parte da vida de judeus exceção, considerados “*tolerantes, educados, cultos, extraordinários e superiores*” integrantes da alta sociedade; banqueiros, financiadores de Estado, artistas, intelectuais, etc. Os privilégios não se estendiam aos judeus marginalizados “*pobres, imigrantes, apátridas e mal educados*”. É

¹² Teoria conspiratória amplamente difundida no século XX que vinculava a imagem de judeus e bolcheviques a um suposto “plano de dominação mundial”. Sob essa perspectiva os judeus foram vistos como inventores do Comunismo, onde o único objetivo da Revolução seria estender a influência do grupo judeu pelo mundo. Assim como integrantes de outros grupos sociais, alguns judeus se filiaram ao Partido Comunista mas é ilógico apontá-los como precursores da causa.

urgente a desconstrução do imaginário que reduz os judeus a uma grande família unida que passivamente sofreu martírios ao longo de sua história. Como demonstrado por Arendt em *“Origens do Totalitarismo”* (2012), desde o século XVII havia diferenciação entre os próprios membros do grupo - enquanto os “comuns” viviam ainda no anonimato, regidos pelos antigos padrões feudais, judeus “exceção” ocupavam lugares de influência nos centros urbanos e no setor financeiro - e, essa diferenciação foi manipulada conscientemente - tanto pelos Estados quanto pelos próprios judeus - para assegurar privilégios para os judeus apossados.

Em contrapartida, a assimilação judaica foi vista por muitos judeus como um meio de integrar plenamente a sociedade, ocupando espaços antes impensados e garantido a cidadania plena. O crescimento do movimento antissemita concomitante ao declínio do Estado - Nação europeu em muito tem a ver com as relações traçadas entre os judeus e os estados ao longo dos séculos. Desde as monarquias absolutistas o povo judeu exerceu influência sobre o governo dos estados. No XVII, Hannah Arendt (2012) observou a influência judaica sobre o Estado- Nação, quando no decorrer da expansão econômica, o crédito judaico foi solicitado. Segundo a autora, o grupo era um *“velho prestador de dinheiro”*, desde a nobreza europeia mantinham estreitas relações com os governos; administravam finanças estatais e de soberanos, financiavam guerras, selavam acordos de paz. Diferente do grupo judaico, integrantes de outros grupos sociais não se envolviam nos negócios arriscados do Estado e se dispunham a fornecer crédito às instituições estatais europeias. Assim *“Era do interesse dos Estados conceder aos judeus certos privilégios em troca e tratá-los como grupo à parte”*. (ARENDT, 2012: 37). Mesmo emancipados, os judeus permaneceram sendo vistos como um grupo à parte na sociedade, se os chamados “judeus-exceção” fossem assimilados, os negócios do Estado seriam prejudicados.

Seguindo o conceito de igualdade, elaborado ao fim da ordem feudal, no séc. XIX, foram concedidos aos judeus igualdade de direitos, visto que, no Estado-Nação o fator responsável pelo alcance da cidadania plena seria a nacionalidade. Essa igualdade livrou judeus de restrições políticas, econômicas e sociais mas também reforçou certos privilégios e direitos especiais concedidos ao grupo conforme os interesses do Estado. Assim a emancipação política e social dos judeus foi sinônimo de igualdade mas ao mesmo tempo de distinção, nas palavras de Arendt:

“Portanto, a emancipação dos judeus, como lhes foi concedido pelo sistema de Estado nacionais na Europa durante o século XIX, tinha dupla origem e o significado ambíguo.

Por um lado, ela decorria da estrutura política e jurídica de um sistema renovado, que só podia funcionar nas condições de igualdade política e legal, a ponto de os governos, para seu próprio bem, precisarem aplainar as desigualdades da velha ordem do modo mais completo e mais rápido possível. Por outro lado, a emancipação resultava claramente da gradual extensão de privilégios - originalmente concedidos a alguns indivíduos e, depois, a pequenas camadas de judeus ricos - e que passaram a ser outorgados a todos os judeus da Europa central e ocidental, para que atendessem às crescentes exigências dos negócios estatais, a que os limitados grupúsculos de judeus ricos não conseguiam mais fazer face sozinhos”. (ARENDT, H.; 2012; pág.37).

Dentro desse Estado norteado pela ideia de igualdade política e social, judeus constituíam o único grupo isento. Essa excepcionalidade dentro da ordem vigente os impossibilitou de se organizarem politicamente e, conseqüentemente, de pertencer ou estabelecer alguma classe. O grupo não se encaixava em nichos; não eram latifundiários nem trabalhadores, sequer comerciantes ou camponeses. Para Arendt (2012), o meio de inserção social judaico era o dinheiro, a riqueza fazia com que parecessem membros da classe média burguesa, o que não era verdade, visto que, não acompanhavam a ascensão capitalista da classe. Dessa forma, mesmo quando inseridos em sociedade, o grupo judeu permanecia bem delineado, coexistindo entre as classes - seja na aristocracia ou no momento da ascensão da burguesia - com a identidade preservada. Como dito acima, a não assimilação judaica nos negócios da sociedade dita “normal” - antes do século XX - beneficiava tanto os representantes do Estado quanto o grupo judaico e, só foi possível porque ambos os lados cooperaram.

A presença judaica por trás das ações do Estado começou a declinar com o surgimento do Imperialismo, no fim do século XIX. O capitalismo em expansão remodelou a essência do Estado-Nação antes conhecida, o comércio europeu passou a ser orientado por um espírito de concorrência e competição. Nesse contexto, judeus perderam o monopólio dos negócios estatais, alguns individualmente conservaram suas posições de destaque, o que não ocorreu com o grupo como um todo.

A desintegração do judeus como grupo no Ocidente ocorreu no momento da queda do Estado-Nação, nas décadas que antecederam o início da 1ª Guerra Mundial. Apesar da reorganização política e social, os judeus vivenciaram na década de 80 a chamada época de ouro, período de trégua do antissemitismo. Trégua findada pelo primeiro conflito mundial. Privados de privilégios, judeus enfrentaram a escassez do pós-guerra, reunidos em um grupo heterogêneo,

onde ricos e pobres se misturavam. Com o desprestígio trazido pelo imperialismo e a instabilidade europeia provocada pelos conflitos protagonizados por suas nações, o judeu novamente se viu desamparado na sociedade, “... *intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido a sua riqueza inútil, e de desprezo, devido a sua falta de poder*”. (ARENDT, 2012: 41).

A riqueza que outrora permitia que os judeus passeassem pelas cortes e até mesmo pertencessem à nobreza e, posteriormente, lhes garantiram a tutela estatal e privilégios no Estado-nação já não assegurava as relações amigáveis traçadas entre Estado e Judeus. Assim, tendo como pano de fundo, o fim da monarquia e da aristocracia, o fortalecimento da burguesia liberal e dos investimentos privados, o surgimento dos ideais republicanos e a necessidade de autonomia e soberania para o fortalecimento do Estado-nação; judeus foram gradualmente perdendo espaços nos altos setores da sociedade. Prova que os judeus estavam cientes da instabilidade que os atingira em meio às transformações políticas e sociais observadas nestes séculos é a aberta defesa da monarquia em contraposição a adoção do regime republicano pelos ¹³Rothschild: “*até então, os Rothschild se acomodavam a qualquer sistema político que estivesse no poder. Parecia, portanto, que a república era a primeira forma de governo que não precisava deles*.” (ARENDT, 2012:149). Vale reforçar que o rompimento das relações não se deu de forma imediata porque os judeus ainda representavam grandes fontes de crédito para os negócios estatais em função do não pertencimento a classes sociais e suas fortes ligações internacionais.

Ainda buscando traçar um rápido panorama acerca deste fenômeno bastante complexo, no XIX, o caso ¹⁴Dreyfus marca a extinção dos privilégios por muito tempo concedidos aos judeus. Não existia mais nobreza, títulos ou riqueza que resguardasse os judeus de sua origem marginalizada. No fim, eram todos “*pários sem nação*”, “... *para quem os direitos humanos não existem, e de quem a sociedade teria o prazer de retirar os seus privilégios*”. (ARENDT, 2012:173). Como de fato ocorreu no século XX, quando a cidadania que garantia a proteção estatal do grupo foi retirada, permitindo que a burocracia nazista usurpasse bens materiais e ceifasse a vida de milhares - as listas de deportação de Eischmann, por exemplo, só foram possíveis porquê

¹³ Notável família judia que se consolidou como grande potência financeira, aliada de governos em toda Europa.

¹⁴ Caso judicial de um oficial francês de origem judaica que foi acusado de espionagem para os alemães. Dreyfus foi condenado injustamente e sua condenação falaciosa causou grande mobilização entre a população francesa, suscitando reflexões acerca do antisemitismo por toda a Europa.

os judeus estavam politicamente desamparados -, dentro e fora de campos de concentração durante a 2ª Guerra Mundial. Sobre a importância da desvinculação judaica dos Estados para a efetivação do Holocausto, Arendt sintetiza:

“Para que os judeus fossem removidos do planeta, antes de mais nada deviam ser desvinculados do Estado [...] Só se pode fazer o que quiser com pessoas sem Estado”. (SNYDER, T.; 2016; pág.140).

A esse desprestígio político e social foram somadas contra os judeus as teorias racialistas e conspiratórias de Hitler. Como bem pontuou Snyder (2016), segundo a lógica do Führer a vida seria orientada por uma estrutura permanente onde as ditas “*raças humanas*” estariam condenadas a uma luta mortal, onde as raças elevadas estariam em um processo evolutivo enquanto que as baixas deveriam ser caçadas e mortas. A mistura das raças era condenável, o que explica as longas e demoradas pesquisas genealógicas para a concessões de casamentos entre arianos, nenhuma raça marginalizada poderia manchar o “naturalmente superior” sangue alemão. Sobre isso, escreveu Hitler:

“Nossos inimigos raciais foram definidos pela natureza, e nossa missão é lutar, matar e morrer. “A natureza desconhece limites políticos”, escreveu Hitler. “Ela põe formas de vida neste mundo e as deixa livres no jogo pelo poder.” (SNYDER, T.; 2016:16)

Para Hitler, política nada mais era que natureza. Seguindo essa lógica de pensamento, nada mais justo e legítimo que manipular os interesses de um Estado ainda debilitado pelas sanções impostas - restrições políticas, econômicas e militares - ao país após responsabilização da 1ª Guerra Mundial, para produzir uma guerra imperialista e sobretudo ideológica. A disputa entre as raças constituía a essência da vida, Hitler via como sua missão principal o extermínio das minorias, especialmente, os judeus, vistos como uma ¹⁵contrarraça. Além de constituírem historicamente uma não raça, usavam de riqueza para operar Estados, a fim de dominar o mundo, segundo as conspirações nazistas; “*qualquer ideia universal era um mecanismo de domínio dos judeus. Capitalismo e Comunismo eram judaicos.*” (SNYDER, 2016:20)

¹⁵ Segundo Hitler, o único país que contava com a superioridade racial em condições de igualdade com a Alemanha, seria a Inglaterra.

Mais que a preservação do Estado, o objetivo de Hitler era a preservação da espécie. Assim, disseminou através das propagandas fascistas de ¹⁶Goebbels um nacionalismo extremado e um imaginário terrorista onde judeus poderiam exterminar os “mais aptos”, invertendo a ordem “natural” dos fatos. Como esperado, a sociedade alemã e, posteriormente, parcelas da comunidade europeia rapidamente aderiram a ideia e passaram a integrar a máquina nazista. Alguns pela possibilidade de ascensão social, como as moças do interior observadas por Wendy Lower (2014), outros tomados pelo desejo de retomar o que supostamente lhes seriam tirado, inflamados pelo antissemitismo genocida corrente na época.

Desse emaranhado ideológico emergiu os contornos da chamada “Solução Final”; carnificina orquestrada pelo alto escalão nazista mas, consolidada com o apoio de vários setores da sociedade alemã, seja de forma direta ou indireta e adotada por diversos países da Europa, sob variados graus de intensidade, conforme seus interesses internos diante o desenrolar da guerra. As palavras de Hannah Arendt demonstram dificuldade em não se comprometer com as políticas *Judenrein*: “A única maneira possível de viver no Terceiro Reich e não agir como nazista consistia em não aparecer de forma alguma: “retirar-se de toda participação significativa na vida pública”. (ARENDT, 1999:143).

Partindo dessa premissa é interessante aqui destacar o caso de Adolf Eichmann, um homem descrito por Arendt (1999) como “normal” - tinha convívio próximo com judeus e seu maior interesse aparentemente era os benefícios trazidos pelas promoções dentro da hierarquia nazista - de “*inteligência mediana*” e que por isso quase não tinha acesso ao restrito alto escalão nazista e a sua linguagem altamente confidencial. Eichmann, portanto, não era um valorizado “*portador de segredos*”, mas isso não o impediu de elaborar listas de deportações que levaram milhares de pessoas ao encontro da morte em Auschwitz -Birkenau. Em um mundo às avessas, de valores corrompidos, só “*se podia esperar que apenas as “exceções” agissem “normalmente*”. (ARENDT, 1999:38).

¹⁶ Político do alto escalão nazista. Devoto do Fuhrer, atuou entre 1933-1945 como ministro da propaganda. Grande orador, as falas de Goebbels tiveram papel importante para a popularização do antissemitismo na Alemanha.

¹⁷Pogroms, desapropriação, emigração forçada, deportações; estágios de um plano que inicialmente levariam os judeus a estabelecer comunidade em Madagascar mas que ao menor sinal de inviabilidade, levou-os diretamente para a morte em guetos e em campos de concentração. O único e primordial objetivo era tornar a Europa Judenrein - livre de judeus - não importava as vias. Mirabolantes propostas foram elaboradas, espaços e meios - antes inimagináveis - de “limpeza racial” foram secretamente modulados e aos poucos difundidos na sociedade europeia por meio de mensagens subliminares. Palavras rebuscadas usadas para confabular uma “Solução Final”, termo vago que, em suma, significava despersonalização gradual, lenta e dolorosa, para fins continentais de aniquilação de um grupo inteiro em campos de concentração e extermínio. Felizmente, a Solução Final não alcançou Levi e Wind, dois sobreviventes do complexo de Auschwitz que nos permitem através de seus testemunhos valiosos compreender um dos períodos mais violentos da humanidade.

5.2 Relações ambíguas: a compreensão do “Eu” prisioneiro e da morte sob o fator instituição.

Desde o anúncio da deportação até o último dia em um campo de concentração, o prisioneiro tinha a vida marcada pela incerteza. Silêncio e solidão. Estes homens, tratados como peças, possuíam uma única certeza, a morte. Porém, apesar de certos de que iriam morrer, a morte também era marcada pela obscuridade. Não havia ano, mês, dia ou hora marcada. Sobre a morte, Wind coloca:

“No entanto sabemos ainda mais. Sabemos que, para nós, também há um único fim, uma única libertação deste inferno de arame farpado: a morte. Sabemos que a morte também pode nos chegar aqui de diversas formas. Pode vir como uma guerreira leal, contra a qual um médico pode lutar. Embora essa morte tenha aliados torpes - a fome, o frio e os parasitas -, continua sendo uma morte natural, a ser classificada entre causas oficiais de morte. Mas, para nós, ela não virá assim. Virá da maneira que veio para os milhões que nos precederam aqui. Virá para nós sorrateira e invisível, quase sem cheiro.” (WIND, E de.; 2019; págs. 8/9)

¹⁷ Pogroms são atentados físicos ou materiais, violência destinada a grupos marginalizados socialmente que pode ser organizada tanto por civis ou pelo próprio Estado. Estratégia muito utilizada na II Guerra Mundial para aterrorizar judeus, o pogrom mais famoso foi chamado de “Kristallnacht” ou Noite dos Cristais, onde sinagogas foram incendiadas, 7500 vitrines de lojas judaicas foram destruídas e 20 mil judeus foram deportados para campos de concentração em toda Alemanha.

O ser humano é naturalmente instável e sobrecarregado. O fardo da insegurança potencializado pela instabilidade e hostilidade dos campos de concentração se colocava como força desestabilizadora para o prisioneiro. Essa desestabilização pode ser notada na forma com que o prisioneiro lidava com o próprio eu e com o outro sob a ameaça constante de morte. Como observado no testemunho de Levi (1988), alguns debochavam da situação, outros se mostravam apáticos, não sentiam dor no corpo ou na alma; não sentiam medo; também poderiam se mostrar violentos, sem escrúpulos, não raciocinavam. Sobre essa violência de caráter vicioso do prisioneiro ocasionada pelo fardo da arbitrariedade dos campos, Friedel - enfermeira também prisioneira e companheira de Windy - coloca sobre o tratamento das prisioneiras eleitas kapos em relação às demais: *“Era horrível para elas, é claro, mas agora achavam que tinham que tornar as coisas horríveis para nós também [...] Sempre esse sistema de descarregar no outro”*. (WIND, 2019:147).

Os únicos momentos em que se podia perceber resquícios do verdadeiro eu do prisioneiro, eram aqueles estimulados pelas condições biológicas: quando sentiam frio, fome ou sede. Esse quadro reflete a validação dos princípios nazistas: primeiro a morte da alma, fim da sobrevivência moral, em seguida e por mera consequência, a morte física. Para sobreviver em sociedade o ser humano necessita de suporte. Esse suporte não é biológico. O suporte que direciona a vida e a relação com os outros são personificados pelas instituições. Estas fornecem ordem, direção e estabilidade para a conduta humana e dessa forma estabelece a ordem social. Como pode-se ver em: *“A inerente instabilidade do organismo humano obriga o homem a fornecer a si mesmo um ambiente estável para sua conduta”*. (BERGER; LUCKMANN, 2004: 77).

O fator instabilidade atrelado a falta de determinadas instituições nos campos de concentração também pode ser observado nas palavras de Primo Levi:

“Imagine-se, agora, um homem privado não apenas dos seres queridos, mas da sua casa, seus hábitos, sua roupa, tudo, enfim, rigorosamente tudo que possuía; ele será um vazio, reduzido a puro sofrimento, esquecido de dignidade e discernimento - pois quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável, que facilmente se decidirá sobre a sua vida e sua morte [...]” (LEVI, P.; 1988; pág.33).

O homem que em sociedade vivia seguro dentro da estabilidade fornecida pelas instituições que integrava - família, trabalho, escola, etc -, no campo se via incapaz de desempenhar qualquer ação. Viver significava um peso, o homem antes instigado a reprodução de hábitos, à medida que se torna prisioneiro, se vê obrigado a pensar em todas as falas e ações dentro de um ciclo vicioso, visto que, não é possível estabelecer hábitos pois a vida estaria garantida somente no presente imediato.

Como pensar/planejar algo se a própria existência se mostrava essencialmente incerta? A insegurança representava um fator importante no processo de perda de sanidade, estado que dificultava qualquer ação ou reação. Como se percebe na seguinte passagem: “*A insegurança penetra em tudo e atinge os centros nervosos, porque as impressões ameaçadoras e não peneiradas se acumulam pesadamente, enquanto a atividade se encalha*”. (GEHLEN, 1984:102).

Psicologicamente afetado e conseqüentemente estagnado, o prisioneiro esperava a morte. Mas, durante a espera, sua condição biológica trazia impulsos de esperança. Esperança ao receber uma maior porção de comida ou um minuto a mais de descanso. Novamente, o homem voltava a si através de sua condição biológica. Mas, quando a esperança se esvaía, retornava a insegurança. A certeza da morte incerta desencadeou no íntimo desses homens a sensação de se estar no inferno. Nas palavras de Primo Levi:

“Isto é o inferno. Hoje, em nossos dias, o inferno deve ser assim: uma sala grande e vazia, e nós, cansados, de pé, diante de uma torneira gotejante mas que não tem água potável, esperando algo certamente terrível, e nada acontece, e continua não acontecendo nada. Como é possível pensar? Não é mais possível; é como se estivéssemos mortos.” (LEVI, P.; 1988; págs. 25/26).

Assim como os prisioneiros judeus, os alemães também se transformaram na ausência das instituições. Neste cenário essencialmente arbitrário, a crueldade dos “*demônios*” do inferno citado por Levi era movida pelo álcool e pela crença inconsequente no antissemitismo pregado pelo nacional-socialismo. Na suspensão de um Estado burocrático soberano e, conseqüentemente, de normas e regras oficialmente instituídas, não havia punição para aqueles que atentavam contra os homens pertencentes às minorias, como se é sabido desde as primeiras ocupações. Nos campos de concentração, a violência ocorria livremente, sem qualquer

justificativa, se desferida contra um judeu inimigo, automaticamente se tornava legítima. Sobre a atitude dos nazistas, Wind coloca:

“O instinto de crueldade, que em todo homem civilizado é sistematicamente reprimido desde a primeira infância pelo ambiente e educação, foi desatado no povo alemão. A moral nacional-socialista, mais o álcool necessário transformava a pessoa em um demônio” (WIND, E. de; 2019; págs. 53/54).

5.3 Mundos divergentes: a vivência no Campo de Concentração pelo olhar de um prisioneiro.

Para compreender as estratégias de sobrevivência adotadas pelos prisioneiros é necessário admitir a existência de dois ambientes distintos e, em decorrência, dois modos de vivenciar a humanidade. Tanto Wind (2019) quanto Levi (1988) esboçam em seus testemunhos a existência de duas realidades distintas; havia o campo de concentração e a sociedade liberta, o homem prisioneiro e o homem livre. Mundos e sujeitos essencialmente opostos.

O prisioneiro do campo era um homem disforme e esquelético que tinha um andar arrastado, roupas imundas e esfarrapadas. Barbas e cabelos compulsoriamente tosquiados. Nomes apagados e números tatuados. Era separado de sua família e de qualquer fato lhe remetesse à antiga realidade. Diferente do homem que vivia livre em sociedade, o prisioneiro não precisava de relógio ou de dinheiro. Nos campos, ninguém era dono do próprio tempo e já não tinha sentido em possuir dinheiro ou algo visto como valioso no mundo exterior. Ao adentrar os campos o prisioneiro tinha a sensação de estar fora do mundo e fora do próprio corpo, não havia preocupação externa, interessava apenas “aqui e o agora”, Levi se autoproclamava pertencente a uma outra espécie.

A realidade dos campos de concentração era incompreensível. Caracterizado como o inferno por Primo Levi (1988), os campos pareciam ambientes destoantes quando comparados ao resto do mundo. Um ambiente essencialmente hostil, de difícil adaptação, com leis e hábitos próprios, onde prisioneiros sobreviveram sob constante ameaça de morte, trabalhando exaustivamente em condições insalubres. Diferente do homem livre, o prisioneiro tinha a fome regular, uma fome crônica. O prisioneiro também aprendia a roubar e a não ser roubado, tinham

peles amareladas e feridas físicas que não cicatrizavam. Nada no campo se assemelhava ao mundo externo. Nem mesmo os homens.

Nos campos não havia tempo, não havia paciência com o semelhante, nem interesse em ouvir as dores ou somente responder as questões dos novatos. Sem mencionar a dificuldade de convivência ocasionada pela coexistência de variadas línguas e culturas. Havia sono mas não podia descansar. As folgas eram raras. O prisioneiro levantava cedo e não tinha hora para dormir, enquanto havia luz do dia se trabalhava, à noite uma pausa, não por necessidade ou compaixão mas por precaução, o descanso servia para evitar fugas noturnas.

Ao levantar, correria. Limpeza, organização e movimento eram as palavras de ordem dos campos. Em meio ao vento gélido, o homem prisioneiro era religiosamente contado, dia após dia. Em seguida, se dirigia aos lavatórios para se limpar com água imunda, às latrinas e por fim recebia um minguaado pedaço de pão. A vida dos prisioneiros nos campos de concentração só não seguiu essa ordem quando estavam doentes, nessa condição, eram mandados à enfermaria ou para a morte direta, na câmara de gás.

Ao contrário do homem que vivia livre em sociedade, o homem do campo de concentração não tinha perspectivas, certezas ou dignidade. Nem nome, família ou comida. Não existiam condições básicas de sobrevivência, não havia tempo para se pensar o passado e nem para cogitar o futuro. Como pondera Levi (1988), existia apenas o homem prisioneiro que se assemelhava a um bicho, e um espaço, o campo, que poderia ser caracterizado como o fundo do poço.

5.4 Estratégias de sobrevivência: as profissões e os trabalhos no campo.

Ao adentrar o mundo das estratégias de sobrevivência adotadas pelos prisioneiros, pode-se levantar a seguinte questão: *As profissões exercidas em sociedade pelos prisioneiros quando libertos, podem ser colocadas como condicionantes favoráveis à obtenção de privilégios no campo de concentração? De modo específico, pode-se dizer que determinadas profissões teriam sido utilizadas como estratégia de sobrevivência?*

Após duros anos de guerra, o governo alemão se deparou com um grande problema: a escassez de mão de obra. A falta de homens aptos para trabalhar fez com que os campos de concentração suspendessem as políticas de morte sistemática, além de propiciar pequenas melhorias nas condições de vida enfrentadas pelos prisioneiros. Melhor alojamento, melhores sapatos e roupas, mais comida. Coisas simples que, dentro do campo, se tratavam de um grande privilégio. Wind narra em seu testemunho que sua condição de médico e possuir contatos relevantes dentro da hierarquia do campo, possibilitou a si mesmo e à esposa Friedel, mesmo que momentaneamente, um respiro aliviado. Um trecho que demonstra essa ideia parte do registro do primeiro diálogo do casal em Auschwitz:

“Ah não é tão mau. Não precisamos trabalhar e é bem asseado. Friedel eu conversei com o professor. Você não precisa ter medo, ele disse que, como esposa de um médico, vai poupar você. [...] Friedel, querida, eu estou no hospital, também posso permanecer bem por lá ...” (WIND, de E.; 2019; pág.53).

Medidas de suavização da rotina foram propostas com o intuito de prolongar a expectativa de vida dos homens no campo de concentração. Visto que, um prisioneiro sadio e hábil, capaz de resistir à fome, ao frio, a doenças e às condições exaustivas de trabalho, significava um prisioneiro economicamente útil. Útil na indústria, nas residências nazistas, no calçamento de ruas, nos hospitais e até mesmo executando o trabalho sujo dos crematórios e da coleta dos pertences valiosos das igualmente vítimas do sistema. Inicialmente o prisioneiro era submetido a uma espécie de seleção de caráter arbitrário. Essa seleção dividia homens em válidos e inválidos. Os homens considerados válidos eram destinados a trabalhar pelo Reich. Ao chegar no complexo de Auschwitz o prisioneiro era recepcionado pela ideia falaciosa de que “*ARBEIT MACHT FREI*”¹⁸, colocada logo no portal do campo. Ao passar por esse portal, iniciava-se uma série de etapas do longo e doloroso processo de desumanização vivenciado nos campos por estes homens. Nos atentemos a uma das etapas iniciais retratadas por Levi (1988): O homem tem o nome, os cabelos, a barba, as roupas, os sapatos e as bagagens retiradas. Não se pode negar, questionar, falar, quiçá negociar. Somente obedecer em silêncio. Em troca, o

¹⁸ “O trabalho liberta.”

mesmo homem, recebia um uniforme rasgado e sujo, um número costurado no peito e outro tatuado em alguma parte do corpo.

É necessário enfatizar que todos os homens seguiram este mesmo ritual. Sem exceções. Para os nazistas, do portal para dentro do campo não existia este ou aquele, os privilégios antes usufruídos em sociedade eram deixados para trás. A etapa exemplificada anteriormente marca o fim da individualidade. Já não existiria o “eu”, existiriam somente membros de uma mesma espécie. Mas, isso não significa que os prisioneiros se tratassem como iguais entre si. Havia uma hierarquia orientada pelo “crime” que os levaram até aquele lugar. Etnia, credo, ideologias, orientação sexual, patologias físicas ou mentais, crimes políticos, etc. No topo da lista estavam os alemães imperiais e no final os judeus. E esse cenário desfavorável também pode ser identificado no trabalho, como demonstra o processo de admissão coordenado por um prisioneiro polonês no hospital do campo narrado por Wind. Wind questiona a diferença no tratamento entre judeus e poloneses, quando o companheiro De Hond o integra à orientação da seleção: *“Você passou pelo alemão, mas não pelo polonês”* (WIND, 2019:55). Em outra passagem também é possível perceber a diferença de tratamento: *“Dr. Benjamin e ele eram os únicos judeus e os outros detentos também eram hostis com eles”*. (WIND, 2019:59/60).

Mesmo tendo como capital Varsóvia, uma das cidades com maior índice de população judaica na Europa fora da Palestina, o antissemitismo também se fazia presente no perímetro polonês e a hostilidade se mostrava também nas relações traçadas dentro dos campos, salvo algumas exceções. Snyder (2016) pontuou que a quebra da aliança entre Polônia e Alemanha em 1938 - um dos fatores que desencadearam a eclosão do segundo conflito mundial - foi motivada pela discordância no que se tratava à anexação dos Sudetos ucranianos e pelo desconforto polonês em receber os judeus deportados de outros países europeus pelos alemães. O orgulho em não ser judeu e a busca constante pelo afastamento rompeu os limites das cercas de Auschwitz, o antissemitismo fomentou a segregação entre os prisioneiros nos campos. Fenômeno facilmente identificado na lógica opressora que movia as engrenagens da máquina nazista, formando um ciclo vicioso de violência, como registrou Wind:

“Era assim por toda a parte com os nazistas. Os homens da SS¹⁹ gritavam com todo mundo, inclusive com os supervisores, os supervisores gritavam e batiam, inclusive

¹⁹ Schutzstaffel, abreviada como SS, trata-se uma organização paramilitar ligada a Hitler e ao alto escalão do Partido Nazista, um dos exércitos responsáveis por disseminar o ódio e violência ao povo judeu durante a 2ª Guerra.

nos poloneses, e estes por sua vez escolhiam os mais fracos para gritar, que eram Hans e um judeu polonês chamado Leib [...] O supervisor batia nos poloneses e os poloneses batiam em Hans.” (WIND de E.; 2019; pág. 62)

Apesar da existência dos Lagerältest²⁰, Kapos²¹ e dos Kommandos de Especialistas, a divisão destes prisioneiros baseada na profissão se dava apenas no trabalho. Ao fim dos turnos, o prisioneiro do Kommando de Especialistas era tratado da mesma forma que o prisioneiro do Kommando Comum. O fator espécie - espécie a ser eliminada - estava acima de qualquer profissão. Como pode-se ver em:

“Trabalhamos todos, com exceção dos doentes [...] Quanto ao trabalho, estamos divididos em perto de duzentos Kommandos, cada um com um mínimo de 15 homens e um máximo de 150, comandados por um Kapo. Há Kommandos bons e ruins; a maioria deles é destinada aos transportes, e o trabalho é duro [...] Há também Kommandos de especialistas (eletricistas, ferreiros, pedreiros, soldadores, mecânicos, etc), cada qual destinado a certa oficina ou setor da fábrica [...]. Isto, obviamente, só acontece nas horas de trabalho; no resto do dia, os especialistas (que não passam de 300 ou 400 ao todo) não gozam de tratamento diferente dos trabalhadores comuns.” (LEVI, P.; 1988; págs. 45,46).

Assim, não é possível afirmar que a profissão influenciasse diretamente na sobrevivência do prisioneiro, visto que, como se viu acima, nos campos não havia instituições que assegurassem quaisquer garantias. Dessa forma, as mortes ocorriam a todo momento de forma arbitrária. Porém, pode-se presumir uma influência indireta.

Vale ressaltar que determinados serviços, ditos “informais”, como curativos e reparos em roupas, ofertados pelos próprios prisioneiros no campo, além dos Kommandos designados pelos nazistas, também permitiram melhores condições de vida através de porções extras de comida. Mas, por se tratarem de grupos organizados, administrados por membros da SS, eram os Kommandos os maiores responsáveis por garantir uma vivência menos indigna, o que de certa forma, inspira a ideia de mais dias de vida.

Em alguns desses Kommandos nota-se condições melhores de higiene, alimentação e trabalho ainda que em condições de extrema limitação, como era o caso de médicos e enfermeiros. Sobre os médicos coloca Levi: *“O médico veste roupa listrada como nós, mas,*

²⁰ Funcionários prisioneiros que trabalhavam como lideranças no campo de concentração.

²¹ Prisioneiros responsáveis pelo monitoramento de outros prisioneiros do campo.

por cima, um guarda-pó branco, com seu número costurado, e está bem mais gordo que nós.” (LEVI, 1988:66).

Ainda no hospital, Wind descreve os enfermeiros e a estratégia que usavam para não se transformarem em muselmann:

“Mas olhando os enfermeiros, eles parecem muito bem [...] Com certeza, mas, primeiro, em geral são poloneses, que recebem encomendas, e, segundo, frequentemente são os maiores escamoteadores, ou melhor dizendo, ladrões. [...] Os enfermeiros distribuem a sopa. Os doentes recebem a parte rala, que fica por cima. O pouco de batata e feijão que há na sopa fica para os enfermeiros. (WIND, de E.; 2019; pág. 45).

Entretanto, as questões abrangidas pelo mundo do trabalho nos campos de concentração são complexas. A profissão que poderia ser usada como meio de resistir mais um dia poderia também se mostrar como um mecanismo de condenação à morte. Pode-se perceber a situação nas palavras de Levi: *“Todo mundo sabe que os “174 mil” são os judeus italianos: os bens conhecidos judeus italianos, que chegaram a dois meses, todos advogados, todos doutores, eram mais de 100 e já são apenas 40; os que não sabem trabalhar.”* (LEVI, 1988:67). As problemáticas que englobam o trabalho e as profissões nos campos de concentração são mais profundas do que parecem ser. Envolvem homens, relações, ideologias, corrupção, arbitrariedade e outros fatores.

Podemos pensar nos grupos de trabalho, profissões e serviços ofertados pelo prisioneiro nos campos não como uma estratégia concreta de sobrevivência, visto que, após adentrar o campo de concentração nada poderia garantir a vida de um homem. Mas, ainda que incerto, o trabalho se mostrou crucial para os judeus, como demonstra a seguinte passagem do livro *“As Mulheres do Nazismo”*, onde a autora Wendy Lower escreve sobre a importância militar e industrial da cidadezinha Volodymyr Volynsky, situada entre Ucrânia e Polônia: *“Para os judeus do lugar, tudo isso tinha uma importância crítica para sua sobrevivência pois significava trabalho.”* (LOWER, 2014:139). Assim como Lower (2014), Wind (2019) também ressalta a importância do trabalho em seu relato quando aponta que as lideranças do campo inventavam empregos visando a proteção de alguns prisioneiros privando-os do risco de deportações.

Em suma, não é possível presumir que privilégios assegurados pela posição institucional anteriormente ocupada garantiria melhores condições de vida nos campos de concentração. Reiterando que a essência do campo é a arbitrariedade, não há qualquer segurança garantida por instituição. Valores e normas do mundo externo não se aplicavam à realidade dos campos. Dessa forma, o prisioneiro poderia garantir mais dias dignos de vida, mas não poderia presumir até quando isso ocorreria.

6. Conclusão:

Ao longo dessas páginas busquei trabalhar conceitos históricos importantes para compreender a sucessão de fatores e eventos que culminaram no objeto principal deste trabalho: dar voz as vítimas silenciadas do Holocausto. Da queda do Império Romano a Solução Final judeus se equilibraram na tênue linha social que os separavam dos gentios, só viviam dignamente através da concessão de privilégios estatais dados em troca de créditos ao próprio Estado. Como pudemos observar por meio dos registros destacados de Levi (1988) e Wind (2019) em Auschwitz não foi diferente; se não dispunham de dinheiro no campo, o “trabalho” constituía uma “riqueza”. É interessante aqui reforçar que quando faço uso da palavra trabalho para abranger as atividades prestadas de forma coercitiva e insalubre por homens aprisionados em campos de concentração não tomo como base o significado usual da palavra. Trabalho é toda e qualquer atividade remunerada que visa proporcionar alimento, abrigo e conforto a uma pessoa e aos seus, ocupação que dignifica e permite que o ser humano supra suas necessidades básicas e, claramente, não era isso o que ocorria no Lager. No campo, a vítima trabalhava porque se não mostrasse útil seria friamente executada.

Por meio da riqueza e, já nos campos, através do trabalho, judeus conseguiam dias de vida minimamente estáveis mas, ao menor desconforto com os demais, logo voltavam à “intrínseca condição” de párias subumanos. A vida do grupo judeu desde a diáspora foi pautada em uma lógica “coisificadora” e utilitarista; enquanto úteis a ordem dominante poderiam sobreviver, os judeus sabiam dessa possibilidade e sabiamente fizeram uso dessa estratégia ao longo da história para sobreviver. Essa condição, entendida por natural, desde os primórdios do antissemitismo foi potencializada pelas teorias racialistas difundidas pelo governo fascista de

Hitler. Podemos pensar a adesão imediata ao Nazismo pela população alemã e pela população dos territórios anexados em guerra pela Alemanha sob a ótica da teoria do “*poder poderoso*” elaborada por Byung Chul Han em seu livro “*O que é poder?*”

Neste livro Chul Han aborda as várias facetas pelas quais pode se apresentar o complexo conceito de poder dentro das relações traçadas em sociedade. Em sua obra o autor traz convincentes argumentos para evidenciar ao leitor que o poder “mais poderoso” observado nas sociedades é aquele que não é passível de questionamentos, nem requer uso de violências. Nele, o dominado naturaliza, acata e legítima espontaneamente as vontades do soberano. Foi através do “*poder poderoso*” de Hitler diluído entre as gerações e da manipulação fascista da desconfiança histórica da usurpação judaica - pautada na íntima ligação entre judeus e o Estado, situação oposta às outras classes, especialmente o povo que vivia distanciado do Estado - que grande parte da sociedade europeia colaborou para a efetivação da Solução Final, salvo algumas poucas exceções. Além do mais, discordar do regime não constituía uma opção viável, visto que “*nos regimes fascistas, a sociedade civil não tinha qualquer lugar. A dissidência não era permitida.*” (FINCHELSTEIN, 2019:17). Nas palavras acertadas de Arendt:

“A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes”. (ARENDR, H.; 2012; pág. 29)

A compreensão histórica carece de questionamentos, é importante que não sejamos obedientes. Assim como Windy, Levi, Friedel, Antelme, Anne Frank, Helene Hannemann, Fredy Hirsh, Dita Dorachova, Gisella Perl e tantas outras vítimas que resistiram como puderam, homens que em meio ao caos não cederam às políticas de desmoralização, despersonalização e retirada da humanidade. Guardaram rostos e nomes. Transcreveram memórias, nos proporcionando testemunhos valiosos que permitem ao historiador reconstruir os caminhos tortuosos percorridos pelas vítimas do Nazismo. Testemunho é resistência, valorizar as narrativas de sujeitos que de alguma forma experimentaram o Holocausto é transgredir as políticas do Nazismo, visto que evidencia a singularidade humana em contraposição a tendência do anonimato adotado pelos regimes totalitários.

Já perto do fim, retomo aqui a urgência dos testemunhos para a escrita da narrativa histórica. Não só de fontes documentais positivistas deve-se produzir um relato historiográfico, o historiador deve estar atento à mais improvável evidência; um diário, uma letra de música, uma foto, literatura. Todo e qualquer fragmento histórico válido deve ser apreendido. Testemunhos permitem que viajemos no tempo; as palavras dos sobreviventes aqui destacadas têm o poder de nos fazer experimentar minimamente um cenário inimaginável; a rotina, as sensações, os sentimentos. Arrisco-me a dizer que, mais que os documentos supervalorizados, os testemunhos nos tocam profundamente, facilitando nossa compreensão; compreensão de nós mesmos, do outro e da História.

Finalizo com uma citação de Arendt que abarca tudo que penso sobre compreensão. É dever do historiador não fazer uso de moldes rasos ou padrões pré-estabelecidos ao adentrar o passado; todo evento histórico é único e deve ser observado a partir da singularidade de seu próprio contexto, caso contrário, a narrativa se torna anacrônica, generalista e superficial. Não podemos buscar respostas de questões contemporâneas no passado. De certo, existem raízes e ressonâncias mas não respostas prontas. Não se deve julgar. Deve-se compreender com empatia, alteridade e responsabilidade os tempos e os sujeitos. Historicizar e adentrar a genealogia de conceitos importantes e suas ligações. Conceitos como Populismo e Fascismo, respectivamente presentes na guerra e no pós - guerra, diferenciados pelo rigor democrático mas próximos em tendências políticas autoritárias. Populismo e Fascismo não se confundem mas também não podem ser colocados em extremos. Ambos estão sendo adotados indiscriminadamente pela esquerda e pela direita para resumir fenômenos políticos atuais, movimento que polariza e minimiza a experiência histórica, dificultando a compreensão conceitual.

De tão cruel o Holocausto soa inimaginável, distante do nosso mundo real. Mas, o período, de fato ocorreu e, em um tempo de extremos, foi produzido por homens ditos normais como todos nós. Como? Quando? Por quê? É dever do historiador trabalhar essas inquietações para que esse período não inspire e legitime novos preconceitos, perseguições e mortes. O historiador não é juiz, não é sua função buscar culpados mas também não deve negar responsabilidades, não deve colocar os “vencidos” em um local de passividade mas também não podem tirar-lhes a condição de vítima. O ofício historiográfico caminha sobre uma linha tênue. Em suma, ao narrar a História deve-se estar atento às experiências e aos “porquês”.

Afinal, estudando História uma hora ou outra você aprende que nada é por acaso, tudo tem um, dois, três ... diversos porquês e múltiplos “lados”. Nas palavras de Arendt:

“Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência [...] Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela - qualquer que seja.” (ARENDT, H.; 2012; pág. 12)

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTELME, Robert. **L'espèce humaine**. Paris: Gallimard, 1957.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**; tradução: José Rubens Siqueira, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A sociedade como realidade objetiva. In: A construção social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2004.

BETTELHEIM, B., **Le cœur conscient**, 383 p., col. Pluriel, Paris, Robert Laffont. Tradução: O coração informado, São Paulo, Paz e Terra, 1988.

BOTZ, Gerhard; POLLAK, Michael. **Entretien avec Margareta Glas- Larsson. Survivre dans un camp de concentration**; *ibid.*, pg. 3-28.

BYUNG - CHUL HAN. **O que é poder?** Editora Vozes, 2019.

CRU, Jean Norton. **Témoins**. Paris: Ed. Les Étincelles. 1929.

ESCOBAR, Mario. **Canções de ninar de Auschwitz**. Tradução: Rodrigo Peixoto. -1. ed Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. Tradução: Jaime Araújo São Paulo: Almedina, 2019.

FRANK, Anne. **O diário de Anne Frank**: edição integral/ Anne Frank; tradução de Ivanir Alves Calado. - 42º ed Rio de Janeiro: Record, 2014.

GEHLEN, Arnold. **Instituições. In: Moral e Hipermoral**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli; São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

ITURBE, Antonio G. A bibliotecária de Auschwitz. Tradução: Dênia Sad. -1 ed. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2014.

LAUB, Dori. **Truth and testimony: the Process and the struggle**. In Caruth, C. (org.). Trauma. Explorations in memory (pp. 61-75). Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**; tradução Luigi Del Re; Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1988.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LOWER, Wendy. **As mulheres do nazismo**; tradução: Ângela Lobo; Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2014.

PIRALIAN, Héléne. (2000). **Genocidio y transmisión**. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura.

POLLAK, M. **Des mots qui tuent, Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. N° 41; fevereiro de 1982, pg: 28-45.

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. **História da vida privada, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**; tradução Denise Bottmann; São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2009.

ROUSSEAU, F. **Le procès des témoins de la Grande Guerre**. L'affaire Norton Cru. Paris: Seuil, 2003.

SELIGMANN SILVA, Márcio. **Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas**; PSIC. CLIN., Rio de Janeiro, VOL. 20, N.1, p. 65 - 82, 2008.

SNYDER, Timothy. **Terra negra: o Holocausto como história e advertência**; tradução Donaldson M. Garschagen e Renata Guerra; São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

WIND, Eddy de. **Última parada: Auschwitz: meu diário de sobrevivência**; 1916-1987 tradução do holandês Mariângela Guimarães; São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.